



CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

**A ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DA
LITERATURA CIENTÍFICA NO PERÍODO DE 2010 - 2020**

Isabel Octávia Benjamim Comé

Orientação: Professora Dra. Juliana Vechetti Mantovani Cavalante

BAURU, SP

2022

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO
ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PEDAGOGIA

**A ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DA
LITERATURA CIENTÍFICA DO PERÍODO DE 2010 - 2020**

Isabel Octávia Benjamim Comé

Monografia de Iniciação Científica do curso de Pedagogia apresentada a Pró-Reitoria de graduação e Pesquisa, do Centro Universitário Sagrado Coração, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Vechetti Mantovani Cavalante.

Bauru, SP

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C732e

Comé, Isabel Octávia Benjamim

A escolarização do público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino: um estudo da literatura científica do período de 2010 - 2020 / Isabel Octávia Benjamim Comé. -- 2022.
56f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliana Vechetti Mantovani Cavalante.

Monografia (Iniciação Científica em Pedagogia) - Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Tabelas. 2. Gráfico. 3. Educação Especial. 4. Público alvo da educação especial. 5. Direitos. I. Cavalante, Juliana Vechetti Mantovani. II. Título.

ISABEL OCTÁVIA BENJAMIM COMÉ

**A ESCOLARIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA REDE REGULAR DE ENSINO: UM ESTUDO DA
LITERATURA CIENTÍFICA DO PERÍODO DE 2010 - 2020**

Monografia de Iniciação Científica do curso de Pedagogia apresentada á Pró-Reitoria de graduação e Pesquisa, do Centro Universitário Sagrado Coração, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Juliana Vechetti Mantovani Cavalante.

Bauru, XX, XX de 2022.

Banca examinadora

Prof. Dr. ...

Centro Universitário Sagrado Coração

Titulação, Nome

Instituição

Titulação, Nome

Instituição

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que incutiu em mim o gosto pela educação e o desejo de buscar caminhos para a solução de problemas que a mesma apresenta.

Às Irmãs Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus que direta ou indiretamente contribuíram me, motivando para que perseverasse, na realização da pesquisa.

Ao Centro Universitário Sagrado Coração, por esta oportunidade de me iniciar na área científica, por contribuir com a minha formação e cultivar em mim o desejo de sempre buscar.

Aos meus professores, por me ajudarem a pensar, ver e ouvir de diferentes maneiras, por contribuírem para que tivesse uma visão crítica e a não me conformasse com o que já foi formado, mas sempre buscar o porquê e para que do que me é apresentado.

À minha orientadora Dra. Juliana Vechetti Mantovani Cavalante, por ter aceito o pedido e me ter orientado na realização desta pesquisa que me é significativa.

RESUMO

A pesquisa discorreu sobre a escolarização de estudantes público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino. Público esse que é composto por pessoas com deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais, pessoas com autismo e ou com altas habilidades e superdotação. Este Estudo foi realizado em três bases de dados: REDALYC (Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal); SCIELO (O *Scientific Electronic Library Online* é um portal de revistas brasileiras) e ERIC (Centro de Informações sobre Recursos Educacionais). No período de 2010 a 2020. O convívio com as pessoas que contém deficiência deve ser ensinado desde a infância. Muitos dos preconceitos e das discriminações ainda presentes na escola também são frutos dessa não convivência. Há muitas produções na área, porém precisam chegar no cotidiano escolar, para que deste modo se promova a inclusão a partir do conhecimento científico. Teve como objetivo conhecer o que a literatura científica registra sobre a escolarização da pessoa com deficiência na rede regular de ensino por meio da análise da literatura científica no período de 2010 a 2020; identificar como a literatura científica descreve a escolarização na rede regular de ensino; citar diferenças entre educação inclusiva e educação especial. O estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa documental.

Palavras-chave: Educação Especial. Direitos. Educação inclusiva.

ABSTRACT

The research discussed of special needs education target public in regular schools. This group includes people with physical, intellectual or sensory disabilities, with autism and high abilities and gifted ones. This research was conducted in three databases: REDALYC (A network of Cientific magazines in Latin America, Caribbean, Spain e Portugal); SCIELO (A *Scientific Electronic Library Online* which is an online portal of Brazilian magazines) and ERIC (Information Center about Educational Sources) between 2010 and 2020. Living with people with disabilities should be taught from childhood. Many of the prejudices and discrimination still present in the school are also the result of this non-coexistence. There are a lot materials related to this topic, but they need to be available at schools, so that inclusion can be promoted based on scientific knowledge. This reasearch aims to analyse what consists the cientific literature about People With Disabilities schooling in regular schools through a study of the cientific literature between 2010 and 2020; identify how the scientific literature describes schooling in regular schools; cite the differences between inclusive education and special education. This study intents to be devolped based on a qualitative approach through documental research.

Key words: Special needs education. Rights. Inclusive education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
2.2 Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil	11
2.3 Acessibilidade.....	13
2.4 Acessibilidade e tecnologias assistivas ou ajudas técnicas.....	14
2.5 Educação Inclusiva na perspectiva de Helena Antipoff	14
2.6 Victor: o olhar de Itard	16
3 OBJETIVOS	19
3.1 Objetivo geral	19
3.2 Objetivos específicos	19
4 METODOLOGIA.....	20
5 RESULTADOS	28
5.1 Análise dos dados	29
5.2 Educação inclusiva	29
5.3 Educação Especial	32
5.4 Formação de professores	35
5.5 Políticas educacionais	38
5.6 Acessibilidade.....	41
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
7. REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discorre sobre a escolarização de estudantes público alvo da Educação Especial na rede regular de ensino, realizada em três bases de dados REDALYC (Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal); SCIELO (O *Scientific Electronic Library Online* é um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na Internet.) e ERIC (Centro de Informações sobre Recursos Educacionais). No período de 2010 a 2020. Segundo Caiado (2009), o público alvo da educação especial é composto por pessoas com deficiências: físicas, intelectuais ou sensoriais, as quais podem dificultar a participação plena e efetiva na sociedade. Para Brasil (2009, Lei.699):

Decreto 6.949 (BRASIL, 2009) **Art. 1o** A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, apensos por cópia ao presente Decreto, serão executados e cumpridos tão inteiramente como neles se contém.

Art. 2o São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão dos referidos diplomas internacionais ou que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição. **Art. 3o** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

A educação aparenta ser apenas para alguns, devido a conduta social que marginaliza pessoas que não se enquadram nos seus padrões, porém é imprescindível que se tenha conhecimento e se coloque em prática a educação para todos. Quando se fala da educação inclusiva pode-se notar vários estereótipos, várias barreiras colocadas com o objetivo de inviabilizar a mesma. O preconceito com as pessoas que contém deficiência possui uma história que está presente desde os primórdios.

Aranha (2005) diz que na idade antiga as crianças com deficiências eram abandonadas em lugares perigosos, pois não podiam ajudar nos trabalhos e assim morriam. A vida era validada pelos nobres que usavam como critério quem rendia mais, o povo servia à nobreza. Infelizmente hoje a pessoa ainda é valorizada pelo que faz, dentro dos padrões que a sociedade coloca como certo, rentável e não pelo que ela é e pode oferecer. As escolas ainda não são inclusivas, pois o conhecimento sobre os caminhos para o alcance da inclusão ainda não está presente nas escolas. O professor tem sido formado para educar alguns alunos, ou seja, os que se encontram dentro do padrão social, por isso é imprescindível que seja revista a formação do mesmo para que a educação seja de fato para todos.

Idade Média, neste período observa-se o fortalecimento da Igreja católica, onde o clero fazia parte da política. Pessoas com deficiências não eram mais mortas, pois o ato de tirar a

vida das mesmas era considerado pecado por serem filhos de Deus. Elas continuavam sendo marginalizadas, vistas como bobas, viviam de favores. No séc. XIII foram feitas instituições e leis para as pessoas com deficiência mental, com o intuito de preservar a vida. Elas eram consideradas inferiores aos humanos, razão pela qual eram abandonadas. Aranha (2005)

A partir do século XVI até os dias de hoje, pode-se ver o caminho percorrido em busca da inclusão. A Revolução burguesa que trouxe várias mudanças, como existência de indústrias, que conseqüentemente trouxe o capitalismo. O capitalismo favoreceu para que se buscasse o saber científico e com isso foi descoberto que a deficiência fazia parte do processo natural. A tese da organicidade descobriu um dos tratamentos o estímulo, para que a pessoa com deficiência melhor convivesse em sociedade. Aranha (2005).

Um dos direitos que as pessoas com deficiência têm é o de se escolarizar e ele deve ser cumprido. Nota-se que o debate da escolarização da pessoa com deficiência é vasto e permite a formação de dúvidas, tais como: há contribuições da escolarização da pessoa com deficiência na rede regular de ensino? O que a literatura científica fala desse processo? Há elementos dificultadores, caso sim, quais? E facilitadores? E contribuições? Dessas inquietações surge o objetivo do estudo que é o de conhecer o que a literatura científica registra sobre a escolarização da pessoa com deficiência na rede regular de ensino por meio da análise da literatura científica no período de 2010 a 2020. Aranha (2005)

É importante registrar que segundo Aranha (2005), há uma mudança de paradigmas e que hoje se reconhece a necessária transformação social, isto é, não são eles que devem se adaptar ao ritmo e exigências externas, é a sociedade que deve oferecer condições de acesso. Caiado (2009) mostra que é preciso que a escola seja acessível, preparada fisicamente para acolher pessoas com deficiências. O conteúdo, a metodologia usada deve contemplar a todos, para que deste modo se apropriem do saber, sejam autônomos e que permaneçam estudando até que encerre a etapa. Cada ser é único, alguns aprendem ouvindo, outros sentindo e outros ainda vendo. A pessoa com deficiência tem o direito de escolher o local o qual deseja estudar, não deve ser mantida apenas nas escolas especiais, precisa ter interação com pessoas sem deficiências, pois ela já se relaciona na família com pessoas diferentes, futuramente poderá trabalhar com várias pessoas, assim sendo, deve-se primar pela inclusão não apenas dita, mas realizada. Brasil (2008, Decreto nº. 6.571), diz:

Art. 1º Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 História da educação especial no Brasil

Segundo Mazzotta (2011), desde o final dos anos 50 até os dias atuais, a educação especial tem sido vista como problema impossível. Vários professores e legisladores buscam o assistencialismo para educação do aluno com deficiência. Pode-se notar várias argumentações e teses, porém há falta de continuidade das pessoas que abordam sobre o assunto aparentando ser sempre novo, sem história, sem processo, sendo que desde sempre existe a pessoa com deficiência.

Na Idade antiga as crianças com deficiências eram abandonadas em lugares perigosos, pois não podiam ajudar nos trabalhos e assim morriam. A vida era validada pelos nobres, usavam como critério quem rendia mais, o povo servia a nobreza. Como ela bem fala, a Bíblia mostra perfeitamente como era a vida das pessoas consideradas diferentes ou bobas, como se referiam, eram isolados, pedintes, ou seja, afastados da sociedade pois, consideravam-nas pecadores pela sua condição física, psíquica.

A Idade Média, neste período nota-se o fortalecimento da Igreja Católica, onde o clero fazia parte da política. Até o século XVIII, pessoas com deficiências eram vistas como mensageiras divinos. Nessa época já não eram mortas, pois era considerado pecado por serem filhas de Deus, porém ainda eram marginalizadas, vistas como bobas, viviam de favores. Não tinham os mesmos direitos e deveres de um cidadão, apenas estavam a serviço dos interesses da corte, da medicina e do clero. A falta de conhecimento sobre as deficiências fez com que as pessoas fossem excluídas, isso se repercuti até os dias de hoje. A religião diz que o homem foi feito a imagem e semelhança de Deus, porém resumia isso a aparência física, assim como psíquica, razão pela qual os que tinham deficiências eram considerados imperfeitos e não possuíam a imagem e semelhança de Deus. Em contra partida hoje se diz que é nos deficientes, pobres e marginalizados que Deus se revela. Atualmente encontram-se pessoas que ainda defendem a separação da pessoa com deficiência da que não possui deficiência para que melhor aprenda. O mundo não é dividido dessa forma, por que é que na educação deve ter essa divisão? Mazzotta (2011, p. 16) diz:

Buscando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional dos portadores de deficiência, pode-se constatar que até o século XVIII, as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo, não havendo base científica para o desenvolvimento de noções realísticas. O conceito de diferenças individuais não era compreendido ou validado.

Nos registros de Mazzota (2011), no séc. XIX alguns brasileiros começaram a organização de serviços com o objetivo de atender pessoas com deficiências: visual, auditiva, mental e física. No dia 12 de setembro de 1854 D. Pedro II, através do decreto n 1.428, fundou no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos meninos cegos. Esta fundação aconteceu a partir de José Álvares de Azevedo, um aluno cego brasileiro que estudou em Paris, quando conseguiu surpreender com o seu processo de aprendizagem se destacando entre tantos, isso que contribuiu para que pudessem acreditar na educação da pessoa com cegueira. No dia 26 de setembro de 1857, pela lei n. 839, D. Pedro fundou o Imperial Instituto dos surdos-mudos no Rio de Janeiro. Em 1874, iniciou-se a assistência a pessoas com deficiência mental no hospital estadual de salgógico.

Em 1900 iniciou-se a primeira publicação de trabalho científico com o Dr. Eiras que apresentou uma monografia com o tema: Educação e tratamento médico-pedagógico dos idiotas. Em 1915 foram publicados três trabalhos com o tema: a educação da infância anormal da inteligência no Brasil; tratamento e educação da inteligência e por último a educação da infância anormal e das crianças mentalmente atrasadas na América Latina. O primeiro é da autoria do professor Clementino Quaglio e as outras duas são obras de Basílio de Magalhães. Assim foram publicados outros trabalhos e alguns livros. Pode-se notar pelas nomenclaturas usadas que na época a qual escreveram, era costume chamar as pessoas com deficiência de retardadas, idiotas, bobos, anormais e muito mais. O homem mau era considerado bobo, razão pela qual eles também eram considerados maus, sem direito algum por causa da sua condição. Para Mazzota (2011, p.31):

...No começo do século XX, são os trabalhos científicos e técnicos publicados. Como exemplo cabe destacar que, em 1900, durante o 4º congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro, o dr. Carlos Eiras apresentou a monografia intitulada Da educação e tratamento médico pedagógico dos idiotas. Por volta de 1915 foram publicados três outros importantes trabalhos sobre a educação de deficientes mentais

De acordo com Mazzotta (2011), na Europa surgiram os primeiros movimentos que atendiam as pessoas com deficiência, isso que contribuiu para que alguns grupos sociais mudassem o olhar e com o intuito de começar a se pensar na educação para os mesmos. As medidas educacionais foram se expandindo para os EUA, Canadá, Brasil e outros países. Até o final do séc. XIX, as medidas mostram que eram usadas várias nomenclaturas para o atendimento educacional das pessoas com deficiência como: pedagogia de anormais, pedagogia teratológica, pedagogia curativa ou terapêutica, pedagogia da assistência social, pedagogia

emendativa. Infelizmente algumas nomenclaturas continuam sendo usadas até os dias de hoje. Por que separar a educação, por que são tratados como anormais sendo que o homem é um ser subjetivo?

Até 1950 já existiam 40 estabelecimentos de ensino regular, eles atendiam pessoas com deficiências mentais. Catorze estabelecimentos de ensino regular fora das quarenta acima citados atendiam também pessoas com outras deficiências. O Instituto Benjamin Constant, editou no Braille a revista Brasileira para cegos em 1942, com o objetivo de atender os alunos do mesmo Instituto. Em 1950 com início a educação inclusiva para os cegos realizou-se o primeiro curso de especialização de professores na didática de cegos. Atualmente nas universidades assim como na formação permanente o ensino sobre as pessoas com deficiências, inclusão é superficial, não dá base para que o professor tenha segurança para lecionar. No dia 11 de março de 1946 foi fundada a instituição para livros de cegos no Brasil. Mazzota (2011, p.34) diz que:

Em 1946, por portaria Ministerial n.385, de 8 de junho, o curso ginásial mantido pelo Instituto Benjamin Constant foi equiparado ao ginásio comum. Diante disso, três alunos cegos que o concluíram em 1949 puderam ingressar, já em 1950, em colégio comum, dando início ao ensino integrado para cegos. Em 1947 o Instituto Benjamin Constant, juntamente com a fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro, realizou o primeiro Curso de Especialização de professores na didática de Cegos.

Foi fundado em 15 de abril de 1929 em Campinas o Instituto Santa Terezinha para atendimento e educação primeiramente de meninas surdas no internato e posteriormente meninas e meninos, começou com duas irmãs Brasileiras Suzana Maria e Madalena da Cruz. Além da educação, os alunos tinham acompanhamento médico, psicológico, fonoaudiológico e social. Mazzotta (2011, p.36), afirma que:

Por iniciativa do bispo Dom Francisco de Campos Barreto, o Instituto Santa Terezinha foi fundado em 15 de abril de 1929 na cidade de Campinas (SP). Sua fundação foi possível graças a ida de duas freiras brasileiras para o instituto de Bourg-la-Reine, em Paris (França), afim de se prepararem como professoras especializadas no ensino de crianças surdas.

Mazzotta, (2011) diz que em 1951, o prefeito Dr. Armando de Arruda Pereira fundou a escola Municipal de educação Infantil e de primeiro grau para deficientes auditivos Helen Keller, ela passou por várias reformas administrativas pois não era aceita a denominação, tiveram que mudar de nome várias vezes até que foi reconhecido o nome verídico da fundação. A escola serviu de incentivo para várias pessoas e depois foram criados em outros municípios

mais 4 escolas de educação infantil do primeiro grau para deficientes auditivos na rede municipal em São Paulo.

No dia 18 de outubro de 1954 foi fundado o Instituto Educacional São Paulo, era especializado no ensino de crianças com deficiência auditiva. Os seus três primeiros professores não eram pais de alunos. Quando o Instituto foi doado à fundação São Paulo, começou a atender também em clínicas crianças e adultos com distúrbios de comunicação. Tornando-se assim um dos importantes centros educacionais especializados em pesquisa e ensino de áudio comunicação e fonoaudiologia as pessoas com deficiências. Mazzotta (2011, p. 39) afirma que:

“Fundado em 18 de outubro de 1954, o Instituto Educacional São Paulo é uma instituição no ensino de crianças deficientes da audição.”

No dia 1 de agosto 1931 teve início em São Paulo o atendimento educacional de deficientes físicos, na Santa Casa de misericórdia. A professora Carmem Itália sigliano foi a primeira que trabalhou com pessoas deficientes no mesmo hospital, pois estava aposentada. Depois dela vieram outras que se inspiraram na mesma e começaram a trabalhar, elas faziam atendimentos individualizados. Como um todo encontraram-se 10 classes especiais estaduais. Em 1 de junho de 1943 foi criado o Lar-Escola São Francisco, ela tinha como objetivo reabilitar pessoas com deficiências físicas. Para Mazzotta (2011, p.40):

O atendimento especializado a deficientes físicos (não sensoriais) com propósitos educacionais foi iniciado em São Paulo na Santa Casa de Misericórdia. Em seu arquivo de relatórios anuais foi possível encontrar registros indicando o movimento escolar do período de 1/8/1931 a 10/12/1932.

Um casal de professores, Tiago e Johanna criaram em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul o Instituto Pestalozzi para atender pessoas com deficiência mental. Ele começou a se expandir, foi também criado em Belo Horizonte onde a professora Helena Antipoff continuou o trabalho que se expandiu para Rio de Janeiro, ela foi primeira a orientar jovens com deficiência mental com a educação pré-profissionalizante, instalou oficinas pedagógicas para os mesmos, se expandindo para São Paulo. De acordo com Mazzotta (2011, p.15)

“Criado em 1926 por um casal de professores, Tiago e Johanna Wurth, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Instituto Pestalozzi introduziu no Brasil a concepção da ortopedagogia das escolas auxiliares Europeias.”

2.2 Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil

O estatuto da pessoa instituiu a lei para inclusão da pessoa com deficiência no Brasil. No contexto histórico pode-se notar o quão a pessoa com deficiência foi e continua sendo marginalizada, razão pela qual foram necessárias as políticas públicas para que fossem respeitados os seus direitos, um dos direitos é a inclusão social e cidadania. Assim, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e da liberdade fundamental da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta Lei teve como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008. Em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008. Foram promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. Todos têm direito a educação e é dever do Estado garantir de forma gratuita. Sendo assim é dever também, a educação a pessoa com deficiência, o atendimento especializado, para melhor se desenvolver e dar continuidade com o ensino na rede regular sem que haja evasão. Brasil (1988, art. 208), afirma que:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
II - Progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)
III - Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV - Educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
VI - Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996 afirma que a pessoa com deficiência deve ter espaço na rede regular. Se a mesma tiver alguma dificuldade a qual somente os serviços especializados conseguem resolvê-la, deve ser dirigido aos mesmos para que melhor aprenda. Hoje fala-se muito sobre inclusão, porém, as escolas não apresentam

estrutura para tal, são contratadas amigas qualificadas, sem preparo nenhum para dar apoio as pessoas com deficiências. O programa escolar deve ser para todos, a pessoa deve se encontrar na mesma, o método usado em aula deve favorecer para o ensino e aprendizado da mesma. As pessoas que não conseguirem terminar as aulas no tempo determinado para todos devido a sua deficiência, é preciso que a escola refaça o seu programa para que ensine no curto período. Para Brasil (1996, art. 58 e 59):

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial. §2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular. §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo.

A pessoa com deficiência é livre de escolher o local onde deseja se formar, sendo assim as escolas de modo geral devem estar preparadas física, pedagogicamente para que seja acolhida. Escolas chamadas especiais são muito recomendadas nos dias atuais, pois as escolas regulares buscam o cômodo. Existe preconceito, pois são tratadas como pessoas sem direito, é necessário que as políticas públicas da pessoa com deficiência sejam respeitadas e conhecidas pela sociedade.

Existem políticas públicas educacionais para pessoas com deficiência que precisam ser aprendidas pela sociedade e lembradas nas escolas. Segundo Baptista et al (2015) Encontra-se a SEESP que significa Secretaria de Educação Especial visa desenvolver programas, projetos, ações com o objetivo de desenvolver programas, a fim de implantar no país a Política Nacional de Educação Especial. Antes a proposta para o aluno com deficiência era de um ensino especializado e no contraturno, isso que não possibilita a inclusão, não é apenas estar na escola regular, mas sim estudar como os outros alunos, para isso precisa-se criar acessibilidades.

Encontra-se também o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que visa apoiar a gestão das escolas públicas apoiando a execução do seu planejamento. Na educação especial ele orienta a criação das salas de recursos multifuncionais e a formação contínua dos professores para que saibam lidar com todos os alunos. O MEC também foi importante pois apoiou os sistemas de ensino para educação especializada, implantando nas salas recursos multifuncionais favorecendo a inclusão no ensino regular. Para Baptista et *al* (2015, p.20):

Apresentado como plano de medidas, o PDE, no que se refere à educação inclusiva, indica a criação nas redes estaduais e municipais de salas de recursos multifuncionais e do programa de formação continuada de professores na educação especial.

2.3 Acessibilidade

O termo acessibilidade primeiramente era usado apenas para as pessoas com deficiência física no mercado de trabalho e na vida em comunidade. Travou-se uma luta para que tivessem espaço na mesma. Posteriormente a acessibilidade foi vista como um suporte para todas as pessoas com deficiência, ela que ajuda na locomoção, visão, tato, audição, em tudo o que colabora para o conforto, autonomia e convivência das pessoas com deficiência. Baptista et *al*. (2015, p. 271) afirma que:

A acessibilidade se constitui em uma das mais antigas e legítimas reivindicações das pessoas com deficiência. Com efeito, o termo acessibilidade foi cunhado quando ainda eram polemizados temas paradigmáticos do modelo da integração, notadamente em educação especial.

Segundo Baptista et *al* (2015) a primeira lei que fala sobre acessibilidade no Brasil é n.7.853 de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo decreto n.3.298 de 20 de dezembro de 1999. Ela fala sobre os direitos da pessoa com deficiência, na sociedade, trabalho, escola. Mostra que a pessoa com deficiência é humana e tem direitos, os direitos humanos não devem vigorar apenas para pessoas que são vistas como normais. Nas escolas a estrutura deve ser para todos, espaço, mobiliário, tudo deve ser pensado para o acesso de todo aluno.

Mesmo com a existência de leis pessoas com deficiências passam por dificuldades todos os dias pela falta de acessibilidade. Como por exemplo: quando em um estacionamento não tem vaga para a mesma, quando não tem rampa, banheiros, quando não é entendido ao tentar se comunicar, não consegue se locomover com segurança, quando não consegue entender a mensagem transmitida, quando não é contratada porque acabou a cota para pessoa com deficiência sendo que ela tem competência de exercer a função da vaga disponível na empresa.

Em todos os locais públicos devem existir acessibilidade, ou seja, devem estar disponíveis para todos.

Caiado (2009) mostra que é preciso que a escola seja acessível, ou seja, preparada fisicamente para acolher pessoa com deficiência, o conteúdo, metodologia usada deve ser para todos para que deste modo ela se aproprie do saber, que ela seja autônoma e que permaneça estudando até que insere a etapa. Cada ser é único, alguns aprendem ouvindo, outros sentindo e outros ainda vendo. A pessoa tem o direito de escolher onde ela deseja estudar, pois ela se relaciona na família com pessoas diferentes a ela, futuramente poderá trabalhar com várias também que não possuem deficiências, sendo assim, deve-se primar pela inclusão não apenas dita, mas realizada.

2.4 Acessibilidade e tecnologias assistivas ou ajudas técnicas

Segundo Baptista et al (2015) As tecnologias estão para agilizar e ajudar na comunicação de todos. Pode-se notar que existe a possibilidade de o aluno falar e aparecer a escrita na tela do computador, celular, ou seja, pelo comando de voz ele consegue se comunicar, buscar as informações que deseja. Têm-se também leitores de tela, *braille fácil* para impressão, *lente pro* que amplia a tela para quem tem baixa visão, *motrix* para quem tem paralisia cerebral. Existem outros vários meios que possibilitam a vivência da pessoa com deficiência, que precisam ser adquiridos nas escolas, não se tem mais pretextos para não educar ou excluir. Para a comunicação das pessoas que não conseguem emitir os sons por, pode-se usar a comunicação alternativa, nela contém gestos manuais, expressões faciais e corporais, símbolos gráficos, voz digital ou sintetizada. Para a comunicação interpessoal a literatura indica: sistema de símbolos *bliss*, *rebus*, *pictogram* *ideogram* *communicatio*, e o *Picture communication symbols*. A Constituição Federal de 1988 apresenta um dos objetivos fundamentais, proporcionar o bem a todos, respeitando as diferenças: etnia, sexo, cor, idade, origem e mais. Ela também apresentou no artigo 3º inciso IV, a educação como direito de todos. No artigo 206, inciso I, apresenta o direito igualitário para o acesso e permanência na escola.

2.5 Educação Inclusiva na perspectiva de Helena Antipoff

Helena Antipoff, nascida em 25 de março de 1892 em Grodno, Rússia. Seu pai tinha como nome Wladimir Vassilevitch, e servia o exército russo como capitão. Sua mãe era Sofia Constantinovna, pedagoga. Segundo Campos (2010), Helena Antipoff, foi psicóloga e educadora no Brasil, desde 1929 destacou-se na educação de pessoas com deficiência as quais

eram chamadas “excepcionais”. Formou-se em psicologia e educação na Europa – em Paris, Genebra e São Petersburgo. Colaborou com a implantação da reforma do ensino inspirado na escola novista. A partir dos anos 1940, ela propôs várias iniciativas para que se alcançasse a democratização do sistema educacional. A partir da sua observação as características psicológicas e psicossociais pode perceber que a solução não era isolar as crianças em uma sala e aplicar o mesmo método tratando-as com infantilidade e chamando esse método de educação especial. Ela notou que o professor precisava ser formado para lidar com pessoas diferentes e que o aluno com deficiência precisava desfrutar dos seus direitos.

Antipoff, comungava com o Claparède que defendia assim como outros teóricos que não se nasce sabendo, mas sim adquire-se o saber. Se um aluno com deficiência não tem oportunidade de estar com outros alunos sem deficiência, como adquirirá o novo conhecimento? Aprende-se através dos estímulos e se não lhes são oferecidos não conseguirá desenvolver o que os outros conseguem. Campos (2010).

No ano de 1955, Antipoff começa a educar pessoas com deficiência, com o objetivo de ajudá-los a conviverem em sociedade, com autonomia. Para Antipoff o ambiente é primordial para que pessoas com deficiência aprendam. Ela sugere que sejam escolas fora da cidade e abertas, para que eles explorem o ambiente, vejam por si o belo e o que consideram feio. Precisa-se de ambiente aberto, mesmo sendo na cidade para ajudar a todos os alunos a aprenderem, muitas escolas são fechadas, algumas não tem árvores e nem terra, como o aluno aprenderá se não tem algo concreto, imagens impressas são diferentes da realidade. A realidade dá a oportunidade para apalpar o que está se estudando, de sentir o cheiro, é urgente que o ambiente escolar seja reavaliado. Campos (2010).

Além do ambiente escolar, o familiar é a base para que os alunos com deficiências aprendam, todos precisam de afeto, se sentir amado para melhor viver e aprender e se isso falta pode prejudicar. A escola notando que o aluno não é aceito na sua família devido a sua deficiência precisa acolhê-lo, proporcionar um ambiente familiar e também trabalhar com a família do mesmo para o seu desenvolvimento. Geralmente fala-se que pessoas com autismo não gostam de afetos e muito menos do toque, sendo que todos com ou sem autismo precisam do afeto, porém é necessário respeitar o tempo e a particularidade de cada um. Antipoff buscava uma educação integral, que colabora para que os alunos com deficiência se desenvolvam e aprendam através do concreto. Ela usava todos os meios para ensinar, para isso dava reforço nas horas contrárias as aulas. Campos (2010, p.116-117), diz:

Nessa educação integral e integrativa, convém distinguir os seguintes aspectos, cujo conjunto deve-se levar sempre à consideração do pessoal que trata dos excepcionais:

- 1 - Educação física e conservação da saúde, formação dos hábitos de higiene.
- 2 - Formação de hábitos de vida e de relativa independência
- 3 - Educação perceptiva e de inteligência prática. 4 - Educação intelectual e da linguagem como meios de comunicação e formação dos conceitos.
- 5 - Escolarização no sentido de os estudos servirem para a aquisição de instrumentos úteis de cultura e de comunicação na sociedade. 6 - Educação social, em suas variadas modalidades de relações. 7 - Educação econômica – para zonas rurais. 8 - Educação artística – nos variados setores de aplicação.
- 9 - Educação cívica e moral, 10 - Educação religiosa.

Helena de Antipoff, foi a pioneira no Brasil, a buscar e lutar por uma educação inclusiva. Sendo ela russa precisou aprender o idioma, a cultura, os costumes mineiros para assim educar estando em um ambiente rural ela não descartou a agricultura, artesanato, economia e muito mais para que contribuísse na integração das pessoas com deficiência. Em alguns aspectos a educação tem falhado, se dissocia a teoria da prática, isso que faz com que o aluno não veja a importância de estudar. A prática da Helena precisa ser resgatada e ressignificada para que de fato a educação seja para todos e saia da abstração apenas, seja palpável, que o aluno seja educado para vida. Helena foi designada a educar um grupo de professores por dois anos, por que existe até os dias de hoje tamanha dificuldade e insegurança dos professores, inclusive da coordenação para lidar com pessoas com deficiência? O que as escolas buscam? O que as universidades ensinam? O que a sociedade cobra? Precisa-se resgatar o legado da Helena para as pessoas não se tornarem invisíveis. Campos (2010).

2.6 Victor: o olhar de Itard

Quando se nasce precisa-se de afeto, estímulos, adaptação ao novo mundo que acolhe, ou seja, de pessoas, pois é com elas que aprende-se a ser humano, Vitor inicialmente não teve esta oportunidade, aprendeu tudo com os animais e assim começou a se portar como um deles até que Itard começou a lhe ensinar. Para Cordeiro (2006, p. 97):

Um menino de uma sujeira asquerosa, acometido de movimentos espasmódicos e muitas vezes convulsivos, balançando sem descanso como certos animais do zoológico, mordendo e arranhando os que o contrariavam, não demonstrando nenhuma espécie de afeição àqueles que o serviam; enfim, indiferente a tudo e não dando atenção a nada.

Itard, diferente de muitos, não acreditou na possibilidade de Vitor ter nascido com comportamento de animais, mas sim, que não teve meios para aprender a se humanizar. A curiosidade muitas vezes pode levar a busca de respostas, assim como pode terminar nela

mesma. Para muitos, Vitor era apenas o menino selvagem, idiota como assim diziam, mas para o médico Itard, ele era uma pessoa que lhe foi tirado o direito de viver no seu ambiente. Quantas pessoas hoje com deficiência não são vistas, respeitadas, são rejeitadas, ridicularizadas, e excluídas assim como o Vitor. Itard buscou conhecer, quis saber como ele era antes, o que gostava, como foi o processo de tirá-lo das matas, porém como pode-se ver na citação abaixo o prefeito falou que a sua origem não tinha importância para ninguém. Cordeiro (2006, p. 101) afirma que:

Itard formulou, então, seis perguntas. As perguntas de Itard buscavam o máximo de informações que pudessem ser obtidas sobre a vida pregressa de Victor. Ele procurou saber sobre seus hábitos, possíveis contatos e convivência social depois de seu suposto abandono, e mesmo obter alguma pista sobre sua origem.

Itard recebeu como resposta a sugestão de ler a *Notice historique sur le Sauvage de l'Aveyron*, escrito por Bonnaterre, na qual poderia ter as informações desejadas. A carta de resposta, do prefeito de Aveyron, termina dizendo que era ignorada por completo a origem do menino.

Conhecer a história do outro faz com que compreenda-se e com ele busque vencer as barreiras da vida. A história de vida é uma chave que permite o acesso ao outro, e Itard conseguiu compreender o mundo do Vitor e o ajudar a ressignificar, o ajudou a viver de outra forma. Não foi mais um na vida de Vitor, mas sim, uma pessoa que o acolheu, e buscou com ele ter um novo olhar. Quando ele ainda estava na mata foi melhor acolhido pelos animais do que quando foi tirado da mata e teve contato com o ser humano. Precisa-se ficar atento para não agir como seres irracionais. De acordo com Cordeiro (2006, p. 103):

Assim esse menino passou numa solidão absoluta aproximadamente sete anos dos doze que compunham a idade que parecia ter quando foi pego nos bosques da Caune. Portanto, é provável e está quase provado que ele foi abandonado lá com quatro ou cinco anos de idade e que se, naquela época, já devia algumas ideias e algumas palavras a um começo de educação, tudo isso se terá apagado de sua memória por causa de seu isolamento.

Enquanto muitos viam o Vitor como um imbecil, Itard o via como uma criança que ficou muito tempo isolada e que se encontra em desenvolvimento. Não quis impor que ele aprendesse automaticamente, até porque isso não acontece com o ser humano. Ele o ajudou a conhecer o significado das condutas, objetos, posturas. Todas as práticas humanas, para que ele aprendesse. Vygotsky defende que o ambiente no qual o homem se encontra influencia no processo de aprendizagem, ninguém nasce sabendo, todos aprendem. Pode-se notar que Itard não sabia que método poderia usar para educar Vitor, ele tentou vários métodos, o de repetição, o usado para surdos, sendo que Vitor não era e muito mais, isso que causou várias frustrações. Ver o processo do Itard é importante, pois hoje muitos professores se frustram por não conseguirem alcançar o que esperam do aluno em particular com deficiência. Falta entender que os métodos estão para

auxiliar e que cada aluno aprende diferente, Itard quis educar Vitor sozinho e esqueceu-se de contar com o Vitor que fazia parte da sua educação.

O fato de o mesmo ter ficado isolado não significava que não tinha experiencias, não sabia nada. Educar não é uma tarefa fácil e não se tem uma receita pronta é preciso criar e recriar, aprender e reaprender. Itard conseguiu depois de várias tentativas ajudar o Vitor, pois foi perseverante, acreditou e respeitou a história do seu aluno. Quando buscou agir apenas com métodos que deram certo para alguns não teve progressão, mas quando com o Vitor aprendeu como ensiná-lo, começou-se a percorrer o caminho tão esperado.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer o que a literatura científica registra sobre a escolarização da pessoa com deficiência na rede regular de ensino por meio da análise da literatura científica no período de 2010 a 2020.

3.2 Objetivos específicos

Identificar como a literatura científica descreve a escolarização na rede regular de ensino;

Citar diferenças entre educação inclusiva e educação especial.

4 METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa por meio de uma pesquisa documental. Segundo Bogdan e Biklen (1994), as investigações científicas realizadas usando a abordagem qualitativa não são realizadas através de resultados, porém busca-se compreender e construir o comportamento dos sujeitos tendo em conta o contexto no qual se encontram. Uma abordagem que permite o pesquisador interpretar os dados buscados, chamasse qualitativa, pois permite que se qualifique os dados. Lüdke e André (1986), apresentam três métodos para a coleta de dados, são eles: a observação, a entrevista e a análise documental. Neste projeto será usada a pesquisa documental onde as informações são obtidas nos documentos escritos ou não, que surgem de fontes primárias, compilados durante ou pós ocorridos, como afirmam Marconi e Lakatos (2019).

Os artigos selecionados foram aqueles que desenvolveram a temática da escolarização do estudante público alvo da educação especial na rede regular de ensino e os que não foram estudados são os que não dialogam na interface pretendida – escolarização e rede regular de ensino. A pesquisa foi realizada em três bases de dados REDALYC (Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal); SCIELO (O *Scientific Electronic Library Online* é um portal de revistas brasileiras que organiza e publica textos completos de revistas na Internet) e ERIC (Centro de Informações sobre Recursos Educacionais e é um banco de dados). No período de 2010 a 2020. Foram encontradas 100 produções, das quais 80 são nacionais e 20 internacionais. As tabelas abaixo mostraram como foi feito o levantamento de dados.

Quadro 1. levantamento de dados- SCIELO

Fonte: Elaboração Própria.

Quadro 2, levantamento de dados-ERIC

Fonte: Elaboração Própria.

Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma	Mônica A. Corvalho Magalhães Kassar	Autôres	categoriação educacional
A Dinâmica da Implantação da Educação Inclusiva nas Escolas	Vusi S Mncube e Nicholas Lebopa		educação inclusiva
Revisão de Sistemática por meio de pesquisas colaborativas em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar no Brasil: Educação em ambientes inclusivos para a Aprendizagem na Escola Inclusiva	Christiane Thamar de Toledo, Célia Souza, Enicéia Gonçalves, Robinyana, Patrícia, Mendes, Muradllo		Educação inclusiva professores
Educação Especial para Míopes e Analfabetos segundo a Política Nacional de Educação Especial do Decreto nº 626/05	Ana Claudia Balleiro Colli, David dos Santos Carneiros, Neiza de Alencar, Frederico Fumes		Educação Especial Inclusiva
INTERAÇÃO SOCIAL DE CRIANÇAS com deficiência em um programa de educação para a escola inclusiva: um estudo Delphi	Claudia Roberto Baptista ANHAO, Luzilza BELIFERETA, Lício dos ANZOS		Educação Especial inclusiva
Demanda de professores Decorrentes da Percepções dos Professores e Gestores Educacionais à Educação Inclusiva	Claudia Roberto Baptista ANHAO, Selma Roberto MATOS, Enicéia Gonçalves MENDES		Educação Especial inclusiva
Inclusão de crianças com deficiência na escola regular: análise de pesquisas na base de dados de artigos na base de dados scielo	Maria Enicéia de Azevedo BRIANT, Robson Elias Busche, Rinaldo Molina e Luiz Renato Rodrigues Carrilho		Formação de professores inclusiva,
Mapeamento das matrículas no Brasil em Educação Especial e na Relação Família Escola: Análise de produção científica de Professores em Dissertações de Educação Inclusiva em Ambientes de Educação Infantil	Graciliana Garcia Leite; Juliane Aparecida de Paula Moura Campos Maturana e Fabiana Cia.		Educação Especial
Capacitação de professores para educação de crianças com deficiência: perspectivas de professores sobre educação inclusiva por meio de um questionário	Márcia Priscila Benitez, Camilla Atílio Garmezini, Karée M. Orellana, Joseph Celi Corrêa Neres, Nesdet Larissa Vendramini da SILVA e Amadeu Moura BEGO.		Formação de professores inclusiva
Análise dos artigos na área de deficiência na educação Especial e Ensino de Ciências	Celi Corrêa Neres, Nesdet Larissa Vendramini da SILVA e Amadeu Moura BEGO.		Educação Especial inclusiva
Opiniões dos professores sobre Educação Inclusiva	Kayabasi, Z. Esra		Educação
Inclusão de crianças com deficiência na escola regular	Maria Emilia Pires BRIANT, Rosângela Gavioti Prato OLIVEIRA		Educação Inclusiva
Educação Especial e Inclusão Escolar: temas de uma política em implantação	Soledad Maldonado Molina, Rasskazo, Philipp Pagne e Rosali Kubo Gonzalez		Educação Especial Formação de professores
Metodológica do Professor para o Trabalho nas Condições de um Ambiente Educacional de Educação Física em escolas de inclusão GT-15 - educação especial da anped:	Mayra Matias FERNANDES, Denise Meyrelles de Jesus COSTA e Aparecida Santos Corrêa Barreto		Educação inclusiva Professores
Pesquisa Colaborativa Um Novo Paradigma para Mudança Sistêmica na Educação Inclusiva	Agda Flávia da SILVA, Ba, Fátima de G. Gonzalez,		educação inclusiva
Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física. Identificação de Diferenças e Inclusão	Maria Luiza Salzano CABINI, Selma Roberto MATOS, ENICÉIA GONÇALVES MENDES.		Educação Especial
Diferenças e Inclusão de Alunos com Deficiência na Aula de Educação Física	Enicéia Gonçalves MENDES, SAKIZ, PAIS		Educação inclusiva

Estudo de caso de uma professora com deficiência visual de Kelly Cambrasi S. Rios & V. S. Romaga, Regina F. Garcia Comgano, E. Mendes Maria Rosa	Educação de Inprofeessores
Práticas inclusivas no ensino fundamental: que percepções os diretores das escolas? Aparecida Grazianno de Souza Pan	Educação Inclusiva
A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência	Acessibilidade
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional	políticas educacionais
Políticas de Educação Especial no Estado de São Paulo (1973-2016)	políticas educacionais
Psicologias Pedagógicas de Inclusão: A Educação Especial e a Terapia Educacional Inclusiva em Tómbia, Colômbia: Perspectivas de Alguns Autores de Revistas Para a Educação e Conhecimento "Perfil"	Educação inclusiva
Interação social de crianças com Deficiência em Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares	Educação Especial
Objeto Virtual de Aprendizagem em Leitura: Recurso para a Formação de Professores	Educação inclusiva
Realizando os Direitos Educacionais das Crianças com Deficiência: Uma Visão Geral da	educação inclusiva
Impacto da abordagem de coesão em ambientes de educação inclusiva no	Educação inclusiva
educação especial em publicação de 1992 a 2013	Políticas educacionais
Professores e métodos de ensino de crianças com deficiência: uma análise dos artigos publicados em uma revista brasileira de educação especial	Educação Especial
Salamanca 25 anos depois: um comentário	educação
Compreendendo o Processo de Inclusão	Educação
Notas Escólas de Breves Pesquisas Futuras sobre down: experiência de mães de crianças	Inclusão especial
Inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares	Educação
Inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares	Educação
Práticas inclusivas no ensino fundamental: que percepções os diretores das escolas?	Educação Inclusiva
Políticas de Educação Especial no Estado de São Paulo (1973-2016)	políticas educacionais
Psicologias Pedagógicas de Inclusão: A Educação Especial e a Terapia Educacional Inclusiva em Tómbia, Colômbia: Perspectivas de Alguns Autores de Revistas Para a Educação e Conhecimento "Perfil"	Educação inclusiva
Interação social de crianças com Deficiência em Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares	Educação Especial
Objeto Virtual de Aprendizagem em Leitura: Recurso para a Formação de Professores	Educação inclusiva
Realizando os Direitos Educacionais das Crianças com Deficiência: Uma Visão Geral da	educação inclusiva
Impacto da abordagem de coesão em ambientes de educação inclusiva no	Educação inclusiva
educação especial em publicação de 1992 a 2013	Políticas educacionais
Professores e métodos de ensino de crianças com deficiência: uma análise dos artigos publicados em uma revista brasileira de educação especial	Educação Especial
Salamanca 25 anos depois: um comentário	educação
Compreendendo o Processo de Inclusão	Educação
Notas Escólas de Breves Pesquisas Futuras sobre down: experiência de mães de crianças	Inclusão especial
Inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares	Educação
Inclusão de crianças com deficiência em escolas regulares	Educação
Práticas inclusivas no ensino fundamental: que percepções os diretores das escolas?	Educação Inclusiva
Políticas de Educação Especial no Estado de São Paulo (1973-2016)	políticas educacionais
Psicologias Pedagógicas de Inclusão: A Educação Especial e a Terapia Educacional Inclusiva em Tómbia, Colômbia: Perspectivas de Alguns Autores de Revistas Para a Educação e Conhecimento "Perfil"	Educação inclusiva

Quadro 3, levantamento de dados- Redalyc

Título	Autores	categoriação
Análises de pesquisa sobre a educação especial inclusiva: A (in)Diferenciação e o preconceito.	Mara Salgado, Divino José da Silva	Educação especial
A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar	Natalia Neves Macedo Deimling	formação de professores
Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau	Juliany Mazera Fraga, Aline Martins Varela, Andrea Soares Wuo, Rita Buzzi Rausch	Educação Especial
Política de educação especial e o atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina	Valéria Becher	Políticas educacionais
Educação especial e educação de jovens e adultos: uma interface em construção?	Rosângela Martins Cabral, Luciane Guimarães Batistella Bianchini, Taisa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves	Educação especial
Estratégias pedagógicas e avaliações utilizadas com alunos público-alvo da Educação Especial segundo relato dos professores da sala de aula comum e da Educação Especial	Danielli Silva Gualda, Márcia Duarte	Educação inclusiva
Educação inclusiva: uma escola para todos	Antenor de Oliveira Silva Neto, Éverton Gonçalves Ávila, Tamara Regina Reis Sale, Simone Silveira Amorim, Andréa Karla Nunes, Vera Maria Santos	Educação inclusiva,
Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil	Claudio Roberto Baptista	Políticas educacionais

Cenários e perspectivas de políticas públicas da educação especial no Brasil.	Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira, Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira, Andréia da Silva Quintanilha Sousa	Políticas educacionais
A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise	Jacqueline Lidiane de Souza Prais, Vanderley Flor da Rosa	Formação de professores
Avaliação em larga escala e educação especial inclusiva: o embate entre duas lógicas	Erika Marinho Witeze, Régis Henrique dos Reis Silva	Educação especial
Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional	Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	política educacional
Conclusão da escolaridade de alunos com deficiência intelectual matriculados na educação de jovens e adultos	Renata Andrea Fernandes Fantacini, Juliane Aparecida de Paula Perez Campos	Educação especial
Uma década da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: do ideal ao possível	Lázara Cristina da SILVA, Vilma Aparecida de SOUZA, Wender FALEIRO	Políticas educacionais
Modelos e diretrizes para uma educação inclusiva: revisão de literatura	Maria das Graças Soares Siqueira; Fernanda Aguilera	Educação inclusiva
Análise sobre temáticas de educação especial e inclusiva no programa de educação escolar da fcl/car.	Relma Urel Carbone CARNEIRO, Maria Júlia Canazza DALL'ACQUA, Patricia Moralis CARAMORI, Daniel Bianconi PREVIATO	Educação Especial
Avaliação em larga escala e educação inclusiva: os lugares do aluno da Educação Especial	Andressa Santos Rebelo; Mônica de Carvalho Magalhães Kassar	Educação Especial
Análise das tendências temáticas de artigos publicados na Revista de Educação Especial: 2010 – 2013	Miryan Cristina Buzetti, Regiane da Silva Barbosa, Maria da Piedade Resende da Costa	Educação Especial
A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise	Jacqueline Lidiane de Souza Prais; Vanderley Flor da Rosa	Formação de

		professores
Formação do professor do atendimento educacional especializado: a Educação Especial em questão	Elisabeth Rossetto	Formação dos professores
Educação Especial, Educação Inclusiva e Pedagogia da Diversidade: celebrar a diversidade! Exaltar a tolerância! Notabilizar o respeito! Proclamar a solidariedade!	Márcia Lise Lunardi-Lazzarin; Simoni Timm Hermes	Educação Especial
Autoeficácia docente e Educação Especial: Revisão da produção de conhecimento nacional e internacional com ênfase na formação de professores	Bárbara Amaral Martins; Miguel Claudio Moriel Chacon	Educação Especial
Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos	Mariangela Lima de Almeida , Douglas Christian Ferrari de Melo, Marileide Gonçalves França	Políticas educacionais
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Implicações para o Trabalho Docente Articulado no Ensino Médio e Tecnológico	Fabiane Adela Tonetto Costas; Cláucia Honnef	Educação Especial
Educação de surdos: relato de uma experiência inclusiva para o ensino de ciências e biologia	Luiz Renato Martins Rocha; Alexandra Renata Moretti; Priscila Carozza Frasson Costa; Fabiano Gonçalves Costa	Educação especial
Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos	Mariangela Lima de Almeida, Douglas Christian Ferrari de Melo, Marileide Gonçalves França	Políticas educacionais
Produção científica da Terapia Ocupacional na inclusão escolar: interface com a Educação Especial e contribuições para o campo	Aline Cirelli Coppede; Alyne Kalyane Câmara de Oliveira; Fernanda Duarte Rosa; Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi	Educação inclusiva
Direito das pessoas com deficiência à educação como um direito fundamental e humano	Filipe Augusto Silva, Deilton Ribeiro Brasil	Política educacional

Educação especial e formação de professores: uma análise dos projetos pedagógicos de curso (PPC)	Wanessa Ferreira BORGES; Cristiane da Silva SANTOS; Maria da Piedade Resende da COSTA	Educação Especial
--	---	-------------------

Educação especial e formação de professores: uma análise dos projetos pedagógicos de curso (PPC)	Wanessa Ferreira BORGES; Cristiane da Silva SANTOS; Maria da Piedade Resende da COSTA	Educação Especial
A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena	Carla Mercês Rocha Jatobá Ferreira; Tatiane Felipe Lopes	Educação inclusiva
Implantação e implementação da Educação Física inclusiva	Eliana Lúcia Ferreira; Carolina Lessa Catald	Educação inclusiva
Educação Especial e avaliações em larga escala no município de Sobral (CE)	Ana Paula Lima Barbosa Cardoso; Rita de Cássia Barbosa Paiva Magalhães	Educação Especial
Formação Continuada de Gestores Públicos de Educação Especial: Políticas Locais Para a Inclusão Escolar	Denise Meyrelles de Jesus; Edson Pantaleão; Mariangela Lima de Almeida	Formação de professores
Uso da Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva no Ambiente Escolar: Revisão Sistemática	Graziela Ferreira Biazus; Carlos Roberto Mello Rieder	Acessibilidade
Educação inclusiva no Ensino de Química: uma análise em periódicos nacionais	Patrícia Maria de Sousa Santos; Pedro Henrique Pyrrho Nunes; Karen Cacilda Weber; Claudio Gabriel Lima-Júnior	Educação inclusiva
Construção mediada e colaborativa de instrumentos de avaliação da	Alessandra de Fatima Giacomet Mello; Regina Célia Linhares Hostins	Educação inclusiva

aprendizagem na escola inclusiva		
Política de Inclusão Escolar e Práticas Curriculares: Estratégias Pedagógicas para Elaboração Conceitual do Público alvo de Educação Especial	Regina Célia Linhares Hostins; Suelen Garay Figueiredo Jordão	Políticas educacionais
Avaliação da aprendizagem na educação especial e as influências das políticas nacionais	Tania Mara Zancanaro PIECZKOWSKI	Acessibilidade
Cartografia tátil e deficiência visual: um olhar na perspectiva da educação escolar inclusiva	Ronise Venturini Medeiros ; Josefa Lídia Costa Pereira	Educação especial
Demandas decorrentes da inclusão escolar	Selma Norberto Matos; Eniceia Gonçalves Mendes	Educação inclusiva

Fonte: Elaboração Própria.

As produções encontradas foram divididas em categorias são elas: Acessibilidade (3), Educação Especial (21), educação inclusiva (49), Formação de professores (14) e Políticas educacionais (13).

O homem precisa planejar, classificar com objetivo de compreender e conhecer o que busca. Dividir as produções por categorias é agrupá-las de acordo com a semelhança. Lima (2010).

Foram selecionados para análise apenas artigos que abordassem com clareza sobre a Educação especial, educação inclusiva, e políticas públicas, não se buscou abordar os comportamentos das pessoas com deficiências ou mesmo as características de cada deficiência, mas sim caminhos que colaboram para a inclusão.

A pesquisa foi desenvolvida nas seguintes etapas:

Quadro 4- Etapas de pesquisa

1ª Etapa	Fundamentação teórica, pesquisa na base de dados 1
2ª Etapa	Fundamentação teórica, pesquisa na base de dados 2

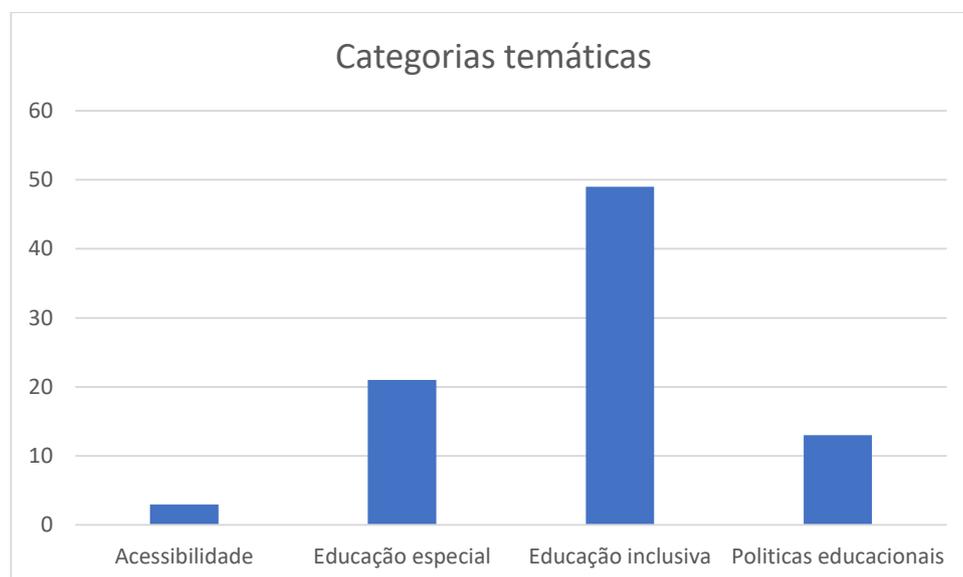
3ª Etapa	Elaboração do relatório parcial e sistematização e análise dos dados
4ª Etapa	Análise dos dados e preparação do texto final
5ª Etapa	Elaboração da monografia

Fonte: Elaboração Própria.

5 RESULTADOS

Por meio da realização do levantamento de dados foram encontradas 100 produções acadêmicas, 80 nacionais e 20 internacionais, dos anos 2010-2020 que correspondem aos objetivos da pesquisa. Foi realizada uma análise prévia das produções e foram encontradas 5 categorias temáticas, são elas:

Acessibilidade (3), Educação Especial (21), educação inclusiva (49), formação de professores (14) e Políticas educacionais (13). Segue o gráfico que demonstra os dados a cima colocados.



Fonte: elaboração própria.

5.1 Análise dos dados

A seguir serão apresentadas as categorias, a organização das mesmas foi feita à partir da categoria com maior número de produções encontradas ao menor. Na categoria da acessibilidade foram encontradas diversas produções, porém maior parte abordam o mesmo conteúdo e falam sobre realidade universitária. A mesma categoria foi abordada também nas demais, pois ela é necessária para que se alcance a educação inclusiva. As categorias abaixo são caminhos que levam a educação inclusiva.

5.2 Educação inclusiva

São várias discussões encontradas sobre a educação inclusiva, pois é um tema muito preocupante, necessário e relevante devido à falta da inclusão. Nesta categoria abordam-se os caminhos que levam a inclusão, são eles: a formação de professores, da família, da comunidade escolar e formação da sociedade para a aceitação das diferenças. No século XVI teve início a educação especial onde médicos e pedagogos acreditaram que as pessoas com deficiência tinham a capacidade de aprender. foram separadas as pessoas com deficiências e colocadas em ambientes onde apenas elas se encontravam buscando-se educação de qualidade, nesta época a deficiência era vista como doença. Na década de 1960 começou a se questionar o porquê de institucionalizar as pessoas com deficiência, os movimentos que lutavam pelos direitos sociais sensibilizaram a sociedade mostrando que a exclusão das pessoas com deficiências prejudicava o seu desenvolvimento e o crescimento da sociedade, pois ela não sabe conviver com o diferente. Devido à crise econômica do capitalismo e influência do neoliberalismo aconteceu a desinstitucionalização, pois as instituições produziam mais gastos e para evitar precisaram

voltar as pessoas com deficiência a sociedade. Desde o início da história nota-se interesses políticos, não o respeito aos direitos humanos. Machado e Pan (2012).

A inclusão da pessoa com deficiência no ambiente escolar é direito da mesma e dever da sociedade, família e do Estado, para isso eles devem oferecer oportunidades para que ocorra o ensino e a aprendizagem, garantindo o acesso à educação básica. Dados do censo escolar mostram que 57,8% de escolas no Brasil têm alunos com deficiências nas turmas regulares, embora os alunos com deficiências encontrem-se nas salas regulares ainda não se chegou à inclusão devido a superficialidade, ou seja, as escolas buscam responder o que as leis pedem, fazendo para cumprir e não porque a inclusão lhes faz sentido. Fernandes, Filho e Iaochite (2019).

Segundo Silveira, Enumo e Rosa (2012), a educação inclusiva é um desafio para os profissionais que trabalham na educação, pois não estão devidamente preparados para tal. Mncube e Lebopa (2019), Greguol, Malagodi e Carraro (2018). A educação inclusiva não segrega, mas sim acolhe a todos e garante qualidade de ensino. Mohanty e Nanda (2017), as instituições responsáveis pelo ensino superior precisam investir para que esses profissionais tenham base para saberem educar a todos alunos. Os estudantes de pedagogia assim como de outros cursos da educação, precisam ter contato sempre com esse tema e assim fazerem experiência para que o ciclo da exclusão diminua. Um profissional inseguro ou mesmo sem o conhecimento das estratégias para lidar com as diferenças pode alimentar a cadeia preconceituosa.

A escola precisa ser um espaço de convivência, de busca do saber, de desenvolvimento e inclusão. A educação inclusiva resgata o que a pessoa com deficiência já possuía, os direitos humanos, porém ela garante que a mesma tenha acesso e permanência na escola básica regular independentemente da deficiência que possua. Existem vários aspectos que provocam a exclusão, são eles: A falta de conhecimento dos professores sobre a política de inclusão, falta de recursos que possibilitam a acessibilidade para que o aluno melhor aprenda, poucos profissionais especializados na área da educação especial.

A educação inclusiva tem sido vista como utopia, razão pela qual são ressaltadas as dificuldades e não o caminho percorrido até então, ela precisa ser cultivada nas pequenas ações para poder-se alcançar o maior. Diz: Neto *at al* (2018), o homem sempre busca o que pensa ser perfeito, atualmente muitas cirurgias são realizadas devido a estética e muitos medicamentos ingeridos com a mesma finalidade. Maior parte das pessoas querem estar no que se coloca como padrão, nota-se uma intolerância e vergonha das diferenças que faz com

que o ser humano negue o que é. Essa realidade tem gerado mortes físicas e psicológicas. Foi imposto pela sociedade: a etnia ideal, corpo ideal, a cor do cabelo e dos olhos ideais. Tem sido difícil aceitar-se o diferente, pois a sociedade está doente, está perdendo a sua identidade valorizando o desnecessário. Ela está investindo no que muitas vezes não tem valor, se fazem precisas estruturas que servem para todos, educação que está para todos.

A educação inclusiva é desafiadora, porém durante a pandemia causada pela Covid - 19 se acentuaram os desafios, tornando-se muito evidentes. Segundo Vier, Silveira e Prsybyciem (2020), Carneiro (2018), é importante que os pais participem da educação dos seus filhos, se faz necessária a formação para que saibam educá-los e lidar com os desafios. Os autores acima citados fizeram entrevista com duas mães cujos filhos tem autismo, onde relataram como foram as aulas no formato online. Assim como foi desafiador para o aluno acompanhar as aulas, professor buscar caminhos para que os mesmos prestassem atenção foi também para as duas mães, pois não sabiam como ajudar os filhos e pensavam que ambos não tinham interesse algum em aprender.

Precisa-se ter em conta que a rotina desses alunos mudou completamente e não foram apenas eles que tiveram dificuldade com a rotina, os professores, os pais e o mundo inteiro, pois todos precisaram se reinventar e como foi difícil, porém necessário. A dificuldade dos dois alunos se assemelha a de milhares alunos com e sem deficiências, pois a escola, família não estavam preparadas para essa parceria. Mais uma vez se evidencia a exclusão, pois tanto a escola como a família buscavam que todos aprendessem da mesma maneira, assistissem aulas longas, as aulas precisam ser dinâmicas, diferenciadas e chamativas. Os alunos com e sem deficiência estão avançados no uso da tecnologia razão pela qual precisa-se usar da mesma como um meio para educar.

De acordo com Neta, Nascimento e Falcão (2020): A falta de recursos tecnológicos, internet para o uso não somente de alunos, mas também de professores, foi um dificultador para todos os alunos, durante o período pandêmico. A interação aluno e professor por aplicativos de conversas não foram suficientes para que de fato o aluno aprendesse, pois precisava-se no mínimo de plataformas que garantissem a aula remota. Aula essa onde o professor interagisse com o aluno ao vivo. Foi um ensino emergencial que faz refletir sobre a formação do professor no dia de hoje tendo em conta que educa nativos digitais. O Instituto Rodrigo Mendes redigiu um documento nomeado como: Protocolo sobre a Educação Inclusiva durante a pandemia da Covid-19 (2020). Documento este que alertava sobre o isolamento das pessoas com deficiências, mostrando que elas são vulneráveis e que não são atendidos os seus direitos em diferentes serviços. Benitez e Domeniconi (2014). Notaram-se muitas dificuldades na educação

devido à falta de interação com os colegas, professores e atendimentos especializados para os que precisam. O distanciamento contribuiu para que vários alunos retrocedessem no que já haviam aprendido.

Antes da pandemia a pessoa com deficiência aparentava ser invisível, porém com a pandemia a invisibilidade da mesma aumentou e isso mostra como a educação é falha. Precisa-se progredir desde a formação dos professores, da comunidade educativa até as práticas pedagógicas que não cabem nos dias de hoje. Briant e Oliver (2012), podem notar-se passos consideráveis a busca da educação inclusiva, porém os desafios vêm se aumentando. A dificuldade não está apenas em incluir pessoa com deficiência, mas sim em educar verdadeiramente, uma educação dinâmica, ativa, que busca responder os questionamentos do seu tempo. O problema não está na deficiência da pessoa, mas sim na sociedade que busca o dito perfeito e esquece o essencial que é o respeito as diferenças, ao processo e necessidade de cada um e a educação de qualidade, a qual atende todo aluno sem discriminação. Ferreira e Lopes (2016).

A escola não deve caminhar sozinha, mas sim com a família, razão pela qual a mesma precisa participar do ensino e aprendizagem do seu filho. A família precisa entender a deficiência do seu filho, saber como proceder para deste modo ajudá-lo na busca da autonomia nas pequenas ações do cotidiano e na motivação do mesmo. Não existe educação inclusiva sem união, parceria e sem conhecimento, é preciso que os professores, as famílias sejam formados para se relacionarem e educarem a todos. Para vencer o desafio da pessoa com deficiência ser vista com olhares de piedade, nojo, incapacidade e peso, precisa-se começar a educação da família e escola para deste modo se atingir a sociedade. São várias publicações que falam sobre a inclusão e isso precisa se fazer vida, precisa chegar para a sociedade, para que as pessoas com deficiências, famílias e demais através do conhecimento lutem pelos seus direitos. Vier; Silveira e Prsybyciem (2020); Benitez e Domeniconi (2014). Para melhor entender-se essa categoria precisa-se conhecer o processo da educação especial, que se encontra na próxima categoria.

5.2 Educação Especial

Foram encontradas várias produções que falam sobre a educação especial, porém na perspectiva inclusiva. Onde são abordados contextos históricos da educação especial, educação especial na perspectiva inclusiva e a contribuição das APAES no processo de educação da pessoa com deficiência. Segundo Baptista (2019), Barbosa, Fialho e Machado (2018), durante a segunda metade do século, foram fundadas as primeiras instituições com o objetivo de atender

peessoas com deficiências visuais e auditivas. No século XIX, devido a dificuldades de aprendizagem, as pessoas com deficiências eram chamadas de anormais, razão pela qual até os dias de hoje ainda continuam sendo chamadas e vistas como anormais. No início do século XX, foram abertas instituições privadas e assistenciais que buscavam atender as pessoas com deficiências, são elas: Pestalozzi e APAES. Foi uma iniciativa positiva, porém distanciou o Estado das pessoas com deficiências, era o dever do Estado garantir a educação, a saúde, pois são humanos e tem os seus direitos.

Depois do golpe militar, ampliou-se a obrigatoriedade da escolaridade para oito anos, porém nesta época as pessoas com deficiências eram atendidas nas classes especiais que não acolhiam apenas pessoas com deficiências, mas sim as que tinham dificuldades de aprendizagem. No início dos anos 1970, a educação especial passou a fazer parte da gestão brasileira, aumentaram os serviços públicos como classes especiais. Nos anos 1980 houve a ampliação progressiva moderadamente garantindo a escolarização. Teve-se nesse período o ano internacional das pessoas com deficiência que foi organizado pela ONU no ano 1981. Em 1994 teve a convenção de Salamanca que garantiu o direito a educação com qualidade para todos. Baptista (2019); Barbosa; Fialho e Machado (2018)

Segundo Fraga *at al* (2017), não se falava de crianças com deficiências nas escolas comuns. Na década de 1970 falava-se pouco pois as mesmas eram direcionadas as classes chamadas especiais. Na década de 90 ocorreu a conferência mundial de educação para todos e a declaração de Salamanca, que falava sobre o direito dos alunos com deficiências, ambos estavam para assegurar que todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, tivessem direito a educação de qualidade. Baptista (2019); Barbosa; Fialho e Machado (2018). Unindo nas mesmas escolas todos os alunos com deficiência é desvantajoso pois, eles estão inseridos em um contexto social onde convivem com pessoas com e sem deficiências. Essa interação na escola possibilita que a mesma aprenda a exercer o que lhe é difícil, aprender com os outros, estimula no desenvolvimento físico, psicológico, intelectual e contribui para que a sociedade se aceite assim como ela é dotada de diferenças. Dainez e Smolka (2019)

Fraga *at al* (2017) ainda afirma que na década de 2000 Brasil criou leis para que existissem políticas públicas para pessoas com deficiências. Se faz necessário notar o processo feito para tal, onde primeiramente a pessoa com deficiência era morta, abandonada, considerada impura, digna de compaixão, era confinada nos hospícios, acolhida em escolas para pessoas com deficiência e por fim deve ser acolhida onde desejar estudar. Barbosa; Fialho e Machado (2018). Buzetti, Barbosa e Costa (2018), dizem que desde 2003 a 2010 a educação especial teve três programas: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Programa

Educação Inclusiva: direito a diversidade e Programa Incluir. Que contribuíssem para que a educação especial na perspectiva inclusiva fosse conhecida, acolhida e implantada nas escolas brasileiras.

Foi encontrado também nesta categoria a educação de “excepcionais” na associação de pais e amigos (APAIE) nas décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Na década de 1950, a educação especial começou a ter espaço na educação brasileira. Diz Baptista (2019). Alguns movimentos contribuíssem para que houvesse a recuperação da educação da pessoa com deficiência. Se fez presente a Associação Brasileira de Educação (ABE) que visava reunir professores para debaterem sobre educação e cultura; A Sociedade Brasileira de Higiene (SBH); a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor (Abam) entre outros. APAIE teve como modelo a *National Association for Retarded Children (Narc)*, ou seja, Associação nacional de crianças retardadas, onde buscavam garantir que crianças com deficiência intelectual tivessem direitos humanos, para o bem dos que viriam futuramente e prevenir com o intuito dessas deficiências não se alastrassem. As APAIES se expandiram no Brasil, onde atendiam como clínicos, psicólogos, pedagogos e ajudando financeiramente. No dia 10 de novembro de 1962 em São Paulo aconteceu a união das APAIES onde compuseram uma federação nacional das APAIES.

Ainda afirma Bezerra e Furtado (2020), que no período de 1963 -1973, houve uma luta para que as pessoas com deficiências se ajustassem, a sociedade, ou seja, buscassem que a pessoa com deficiência se torna-se “normal” para que fosse aceita pela sociedade. Nesse período não era ainda inclusão, mas sim exclusão, pois o movimento de mudança era somente feito pela pessoa com deficiência a qual era considerada um ser com defeitos e a sociedade se colocava como perfeita a ponto de vê-la como anormal. Tem se confundido muito essa pedagogia de ajustamento social a inclusão, razão pela qual até os dias de hoje as pessoas com deficiências têm sofrido muito. Dainez e Smolka (2019). Hoje a APAIE, ainda luta para que a pessoa com deficiência tenha dignidade, colabora para que a mesma se integre na sociedade, trabalhando, estudando, buscando que seja autônomo e também ajuda com cestas básicas sempre que necessário. Existem vários movimentos sociais de pessoas com deficiência, que buscam lutar pela dignidade da pessoa e seus direitos.

A educação especial é para a pessoa com deficiência, desde o espaço, o atendimento, metodologia e inclusive os professores devem estar devidamente preparados para atender esse público alvo, diferente da educação inclusiva que acontece na escola regular, ela acontece nas escolas direcionadas apenas para o atendimento da pessoa com deficiência. Para Carneiro (2018): Pesquisas sobre a educação especial são recentes no Brasil elas possuem menos de quarenta anos. A educação especial colabora muito para o caminho da inclusão pois nela

encontram-se estratégias que contribuem para o processo de aprendizagem dos alunos, como professores especializados na área, a sala de recursos, articulação de diversos profissionais, metodologia e muito mais. Para acontecer a educação inclusiva precisa-se olhar para estrutura, o atendimento e tudo o quanto compõe as instituições que atendem pessoas com deficiência, porém não buscando a exclusão, mas sim a inclusão. Não existe educação especial sem professores formados nessa área e não existe educação inclusiva sem professores preparados adequadamente para saber lidar com as diferenças.

5.3 Formação de professores

O papel da educação é de contribuir no desenvolvimento cognitivo, social, psicológico, afetivo, ou seja, busca formar indivíduos de forma integral colaborando na convivência saudável consigo e com o outro. A educação inclusiva mostra-nos o quão tem sido falha a educação, pois existe uma defasagem quando se fala de convivência. A inclusão não é feita solitariamente, mas sim em conjunto e tendo como base as políticas públicas da educação inclusiva. O professor faz parte desse conjunto de pessoas que deve lutar pela inclusão, para tal ele precisa de saberes para melhor lecionar. Esses saberes podem ser temporais, plurais, heterogêneos, personalizados e situados e não pode se esquecer das aptidões que cada um possui. Afirmam Nozi e Vitaliano (2012).

Uma das barreiras que tem afetado na inclusão é a falta da formação adequada dos professores e a falta de articulação dos professores da sala comum com os da educação especial. Vilaronga e Mendes (2014), comentam que devido ao aumento de alunos com deficiências nas escolas regulares, a educação inclusiva tornou-se um tema muito falado. Ser professor não é para os ditos “fracos” ou os que não tem valor para investir na profissão que desejam, mas é ser um profissional que instiga os alunos para a busca do saber, da criticidade, da autonomia e dos valores éticos. A profissão de Professor é desvalorizada, pois gera ameaças para quem está no poder, visto que ajuda os alunos a serem críticos sendo que o governo quer cidadãos passivos e acríticos. O professor precisa de formação continuada, pois além da sua turma mudar anualmente, as demandas mudam, o saber é atualizado. Para que aconteça a educação integral o professor precisa ter diversos saberes, precisa conhecer o que ensina, conhecer os seus alunos, compreendê-los, motivá-los, saber lidar com todos os alunos e suas particularidades, razão pela qual precisa estar motivado para melhor educar. Asseguram, Jesus, Barreto e Gonçalves (2011).

Incluir não é apenas aceitar as pessoas com deficiências nas escolas regulares, mas sim criar possibilidades para que os mesmos se sintam acolhidos por ela, que o ambiente seja

acessível e que de fato consigam aprender. Para isso é necessário que os professores estejam preparados para que junto com os alunos aprendam. A educação inclusiva não é magia, mas sim é feita de conhecimento, respeito e acessibilidade. Nas escolas pode-se notar a falta de recursos e capacitação dos professores para educar a pessoa com dificuldade, ou seja, a todos. Até um certo tempo a pessoa com deficiência era considerada inválida, incapacitada para o estudo ou mesmo o trabalho e essa realidade ainda está enraizada na sociedade e nos professores, isso que causa desconforto, insegurança, exclusão. Nas escolas onde possuem mediadores os professores saem de cena e deixam a educação desse aluno nas mãos do mediador que também não tem uma formação sólida para educar. O que tem se feito para que haja inclusão? A quem beneficia a formação dos professores para o atendimento de alunos diferentes? Porque respeitar a individualidade sendo que é mais vantajoso matar a identidade desses alunos e fazê-los acreditar em uma identidade falsa e manipulada? Para quem é urgente a educação inclusiva sendo que a pessoa é apenas vista como mera mão de obra. Em quanto as escolas ficarem preocupadas em aparentar o que não são, tentando agradar a sociedade, existem pessoas colocadas a margem e professores sem saber como proceder.

Formação de Recursos Humanos e Ensino em Educação Especial (Foreesp), apontam que carecem aspectos básicos que garantem que os alunos sejam matriculados com segurança nas escolas e nelas permaneçam, pois, as mesmas aparentam não serem para pessoas com deficiência devido a estrutura e tratamento das mesmas. O Brasil é um país no qual é nítida a desigualdade, onde alguns tem de mais e outros não tem o necessário, como trabalhar a inclusão em um país que valoriza a meritocracia e muitas vezes desrespeita os direitos? Ser professor é desafiador devido à falta de consideração e isso pode-se notar devido a remuneração do mesmo. No curso de pedagogia atualmente existem algumas disciplinas que falam sobre a educação especial e inclusiva, porém ainda não são suficientes para que os professores tenham segurança. Jesus; Barreto e Gonçalves (2011).

Os professores que trabalham com a educação fundamental anos finais e ensino médio, nem todos são formados como pedagogos e nesse sentido se torna mais desafiador, pois a maioria mesmo conhecendo o conteúdo que lhe foi confiado não tem metodologias adequadas, pois apenas são formados em por exemplo: história, geografia, matemática entre outros, porém não são formados para dar aula sobre aquela disciplina. Nessa questão não é apenas para alunos com deficiências que será difícil aprender, mas sim para todos, porém para os alunos com deficiências se torna muito complicado, pois geralmente esses professores são conteudistas. Para sanar essa dificuldade se faz necessária a valorização do curso de pedagogia para todo aquele que deseja ser professor mesmo sendo formado na área a qual deseja lecionar.

De modo geral, os estágios têm se constituído de forma burocrática, com preenchimento de fichas e valorização de atividades que envolvem observação participação e regência, desprovidas de uma meta investigativa. Dessa forma, por um lado se reforça a perspectiva do ensino como imitação de modelos, sem privilegiar a análise crítica do contexto escolar, da formação de professores, dos processos constitutivos da aula e, por outro, reforçam-se práticas institucionais não reflexivas, presentes na educação básica, que concebem o estágio como o momento da prática e de aprendizagens de técnicas do bem-fazer (BARREIRO e GEBRAN, 2006, p. 26-27. Apud CORTE e LEMKE, 2015 p.31003)

Nos cursos de formação de professores, assim como de pedagogia precisa se abordar sobre a educação inclusiva, nos estágios obrigatórios é importante que o aluno observe o aluno com deficiência e busque meios para colaborar durante aquele período contribuindo no processo de aprendizagem desse aluno, pode ser feito projeto de intervenção onde será atendido o aluno, mas não isolado dos outros, pois as estratégias usadas com alunos com deficiência geralmente atendem a todos. Não basta apenas observar é preciso praticar e deste modo ganhar experiência. Jesus; Barreto e Gonçalves (2011). Pesquisas recentes têm-se voltado a análise prática do docente, indagando-se por que nas práticas pedagógicas e nas organizações escolares se praticam teorias outras que não necessariamente aquelas produzidas pelas recentes investigações das ciências da educação. Corte e Lemke (2015)

O professor precisa buscar conhecimentos para deste modo encontrar meios que atendam o seu aluno. Existem várias produções como foi apontado na metodologia que falam sobre a educação especial e inclusiva, porém os professores encontram dificuldades quando se fala da inclusão, pois não buscam soluções para tal, estão acomodados e esperam apenas a formação da escola e não buscam por conta própria esses conhecimentos, não buscam se atualizar e continuam com as mesmas condutas. O professor é muito importante para que haja a inclusão e para que os seus alunos cresçam na inclusão. A inclusão não é moda, mas sim uma realidade necessária e razão pela qual é preciso que haja formação adequada para que todos sejam inclusivos. Não adianta apenas ter boa vontade para ajudar, precisa-se de conhecimento, pois a falta do mesmo desgasta, descredibiliza e deste modo o professor fica desmotivado e a culpa fica para o aluno com deficiência alegando-se que não se encaixa no ambiente escolar. Jesus, Barreto e Gonçalves (2011); Prais e Rosa (2017).

Segundo Vilaronga e Mendes (2014): Hoje existem professores que são formados na educação especial, porém não são muitos. O professor que atua na sala comum precisa trabalhar junto com o de educação especial para traçarem estratégias que colaborem no ensino e aprendizagem. Não precisa ter dois professores na sala de aula, mas que cada seguimento tenha

um ou dois professores que apoiem os demais nesse processo da inclusão e tornar acessíveis os conteúdos ensinados. Se faz necessário constar nas políticas municipais, estaduais e federais que os professores com especialização na educação especial articulem com os professores das escolas regulares com o objetivo de ambos se ajudarem e juntos buscarem a inclusão. Os professores da educação especial também precisam de tempo para que haja essa troca com os outros professores, assim como para a sua formação, pois os mesmos não tem tempo devido as demandas das salas de recursos multifuncionais. Para que a educação inclusiva se torne real e não utópica é preciso que haja formação para os professores. Formação essa que garanta ao professor o conhecimento das políticas educacionais do seu aluno para que as ofereça e defenda os direitos do mesmo.

5.5 Políticas educacionais

Os últimos cinquenta anos, apresentaram mudanças no âmbito da educação inclusiva devido a vários movimentos, capitalismo, neoliberalismo criando-se políticas públicas para pessoas com deficiência, porém pode-se notar que práticas de exclusão ainda existem, pois foram alterações superficiais. Asseguram, Almeida, Melo e França (2019). As políticas públicas da educação especial foram criadas em contextos onde existiam interesses econômicos, a retirada da pessoa com deficiência nas instituições foi realizada, pois as mesmas traziam gastos para o tempo da crise do capitalismo, os grupos sociais que lutam pela inclusão têm benefícios. Baptista (2019).

A história da pessoa com deficiência tem sido romantizada, é claro o caminho percorrido para que a educação estivesse de fato para todos não é apenas permeada por sujeitos com interesse político e econômico, também foi permeada por sujeitos que acreditavam na educação inclusiva. Enquanto as políticas públicas existirem apenas para ser dito que as mesmas existem o processo inclusivo se tornará dificultoso. Almeida; Melo e França (2019). Os ganhos alcançados até então para a inclusão são importantes, pois é a partir deles que se caminha rumo a educação inclusiva. As políticas públicas por si só não resolvem os problemas, quem resolve os problemas é a sociedade colocando-as em prática. Baptista (2019).

No ano de 1948 foi promulgada a declaração dos direitos humanos que assegurava a igualdade para todos. A educação é direito de todo o ser humano, onde o mesmo precisa ter condições de acesso e permanência garantida pelo estado. Visto que não eram respeitados os

direitos das pessoas as quais a sociedade pensava que não tinham devido a sua condição física, intelectual, mental, ou seja, as pessoas que eram excluídas e negados os direitos. A partir do ano 1989, pela lei nº. 7.853/89, foi assegurado as pessoas com deficiências os direitos a saúde, trabalho, lazer, a educação entre outros que colaboram com o bem-estar da pessoa como indivíduo, sociedade e economicamente. Com as reformas educacionais inspiradas pelas grandes mudanças políticas assim como sociais, contribuíram para que o movimento que lutava pela inclusão ganhasse força na educação. Trentin (2017); Kuhnen (2017).

As políticas públicas inclusivas na educação especial, acontecem através de um processo, onde primeiramente foram acolhidas pessoas com deficiência para o trabalho, posteriormente levantou-se a discussão das mesmas serem acolhidas no ensino regular. Isso tudo se sucedeu no século XXI, com o intuito de erradicar a pobreza, pois acreditava-se que uma sociedade inclusiva equivalia a uma sociedade rica. O Banco Mundial que tem a educação como base para o desenvolvimento do homem e a redução da pobreza contribuiu para que existisse o caminho para a inclusão. Souza e Pletsch (2017); Kuhnen (2017). O ser humano é dotado de direitos assim como deveres e a sua condição física, intelectual não o faz menos humano e muito menos retira os seus direitos. As políticas públicas-educacionais estão para garantir os direitos que foram retirados as pessoas com deficiências.

A educação inclusiva não tinha espaço nos debates até a década de 1970, nessa época a pessoa com deficiência não tinha direito, apenas frequentava as classes especiais, ou seja, reservadas apenas para pessoas com deficiência. No ano 1971 no dia 11 de agosto foi promulgada a lei nº 5.692, no artigo 9º, o direito da educação especial para os alunos com deficiência mental e física. Neste período foi definido como público alvo da educação especial: os alunos com deficiência mental ou física, alunos que estão foram da época de estudo, ou seja, os que foram matriculados depois da faixa etária correta nas escolas regulares e os superdotados. De acordo com Silva e Brasil (2019), foi promulgada a II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A educação faz parte dos direitos sociais, no capítulo III do Título VIII, na Seção I, da mesma constituição está previsto que a educação é direito de todos é dever do estado e da família, ou seja, a educação é um direito subjetivo e ninguém pode tirá-lo do aluno. A família assim como o Estado precisam se responsabilizar da educação dos indivíduos. A igualdade de condições que é prevista na mesma constituição ainda é vista como uma utopia, pois ainda se encontram escolas sem acessibilidade, alunos que são vistos como peso na escola devido à falta de preparação da mesma, avaliações padronizadas e assistencialismo nas escolas.

Na década 1990 devido a conferência Mundial de Educação para todos obteve-se a declaração de Salamanca que contribuiu positivamente proporcionando as políticas públicas para uma educação inclusiva e de qualidade. Onde os alunos com e sem deficiência aprendam juntos, porém respeitando as particularidades e necessidades de cada um.

Nos anos 2000 foram criadas as leis no Brasil contribuindo com as políticas educacionais da pessoa com deficiência. O decreto nº 6.571, de 17 de Setembro de 2008, assegura o acompanhamento das escolas públicas da educação regular aos alunos com deficiência onde, ele tem o direito a estudar sem nenhum impedimento e deve ter tudo acessível, inclusive se for preciso que se adaptem as aulas para que o mesmo aprenda. No ano 2020 teve início a pandemia, como foi a educação do aluno com deficiência, teve acompanhamento para o uso da tecnologia? Quanta defasagem, hoje se faz necessário resgatar esse decreto pois ainda se tem muita dificuldade para a inclusão, muitas escolas não estão preparadas fisicamente, assim como pedagogicamente para o aluno com deficiência. O Conselho Nacional de Educação – CNE publicou a Resolução CNE/CEB, 04/2009, que visava orientar e organizar os sistemas de inclusão. Ele estabeleceu caminhos para que a pessoa com deficiência tivesse atendimento educacional especializado, na educação básica. Esse atendimento especializado está para incluir e não para excluir, nas escolas são usados os recursos de forma equivocada, pois entendem que o aluno precisa usar aqueles recursos por não ser capaz de aprender e lhe são direcionadas atividades que não fazem parte de currículo escolar ou mesmo fica sem fazer nenhuma atividade. Quando o aluno precisa da mediadora pode-se notar que vários não tem contato com o professor, ou seja, a mediadora adapta as aulas se ela tiver capacidade para tal, e ensina em simultâneo com o professor para o aluno.

Foram instituídas as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na Educação Básica. Este documento determina o público alvo da educação especial, define o caráter complementar ou suplementar do AEE, prevendo sua institucionalização no projeto político pedagógico da escola. A Resolução CNE/CEB nº04/2010, prescreve no artigo 29, complementando o que se diz na Resolução CNE/CEB, nº 04/2009, reforçando que o aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, devem ser matriculados nas salas onde existem alunos sem deficiência, ou seja, classes comuns do ensino regular, porém se for preciso devem ser feitas adaptações para que o ensino seja acessível para o aluno. O Decreto nº7612/2011 colaborando para que exista a inclusão escolar, através do plano nacional dos direitos das pessoas com deficiência – viver sem limites. Ele tem como objetivo colaborar para que a pessoa com deficiência tenha melhor qualidade de vida, que tudo seja para ela acessível e que sejam

respeitados os seus direitos. Em 2012 foi instituída a Lei nº 12.764/2012, que assegura os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista. Kuhnen (2017)

As políticas públicas muitas vezes não são colocadas em prática, aparentam estar apenas para responder a uma burocracia. Quantas mães que têm filhos com deficiência não conseguiram matricular os filhos nas escolas que desejavam? Quantas pessoas são excluídas, injustiçadas, ridicularizadas, negadas o emprego mesmo tendo competência devido ao preconceito, em muitas empresas, muitas escolas podem-se encontrar falas maravilhosas sobre inclusão, porém a prática não existe. As políticas públicas por si não mudam nada, é preciso que haja abertura da parte da sociedade, é preciso que haja clareza e conhecimento dos seus direitos da parte da pessoa com deficiência. O que foi conquistado deve ser mantido. Precisa-se investir muito em formações, conscientizações, esclarecimentos e acolhimentos com informações, para que as pessoas possam estudar, trabalhar, construir família e seguir com os seus projetos de vida. As políticas públicas servem de auxílio e garantem o direito que as pessoas com deficiência têm. A deficiência não tira a humanidade da pessoa, não a faz melhor ou pior que ninguém, isso precisa ser respeitado. A pessoa com deficiência tem direito a suas escolhas e a ser como deseja. As políticas públicas não se constituem como uma caridade, mas como direitos socialmente conquistados.

Toda escola deve possuir o projeto político pedagógico (PPP), ele que visa nortear as práticas pedagógicas e inclusive colabora para que a escola solucione os seus problemas, responda as demandas do seu tempo e ele pode ser alterado sempre que necessário. Se faz necessário que o PPP contenha caminhos concretos a serem trilhados para a educação inclusiva. O PPP, precisa considerar a realidade do local e para que se busque metodologias assertivas é preciso conhecer-se a realidade do local, as relações interpessoais, a economia, a cultura, os costumes, com o intuito de garantir que as políticas públicas da pessoa com deficiência estejam a seu serviço e deste modo haja a inclusão. Souza (2016). As políticas da pessoa com deficiência, garantem acessibilidade para que ela tenha educação de qualidade.

5.6 Acessibilidade

A educação busca formar o ser humano como um todo, ou seja, integralmente. A educação é direito do ser humano, porém ele também tem direito de tê-la acessível. Para alunos com deficiência é direito ter a escola, o conteúdo e tudo acessível para que melhor aprenda. A seguinte produção falará sobre a importância da acessibilidade no ambiente educacional para a

efetivação da inclusão escolar. Mas como é definida a acessibilidade. Segundo Guerreiro e Maria (2012), A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcançar para deste modo utilizar com segurança e com autonomia qualquer espaço, assim como mobiliários equipamentos urbanos, por pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida. Enquanto que a ABNT NBR 9050 diz que acessibilidade é a possibilidade e a condição de alcançar, perceber e entender para utilizar com segurança e autonomia.

Diferente do Decreto-lei nº 5.296, que define acessibilidade como a condição para o uso com segurança e autonomia total assim como assistida. Pode-se notar similaridades nos três conceitos porém cada um traz algo diferenciado, é importante notar neles que a acessibilidade não acontece apenas quando o espaço físico está preparado, mas sim o conteúdo ou informações precisam estar acessíveis, os mínimos detalhes cotidianos que ajudam na locomoção, no alcance para melhor se viver com autonomia, o alcance das redes sociais assim como ter ajudante quando preciso. Assim como as pessoas sem deficiência conseguem alcançar o que precisam com autonomia as pessoas com deficiência também deve conseguir para tal é preciso que se respeite o direito de tornar ambientes, informações entre outros acessíveis.

Os direitos da pessoa com deficiência fundamentam-se nos direitos humanos. O termo acessibilidade para pessoas com deficiência teve parte nas políticas públicas recentemente. Na Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, buscava-se que a pessoa com deficiência conseguisse ter condição social, econômica e possibilidade de entrar, usar e sair dos locais sem nenhum impedimento, razão pela qual a estrutura teria que ser acessível. Essa foi a primeira emenda que fala sobre a acessibilidade, porém a partir dela foram criadas várias que se preocupavam com o acesso da pessoa com deficiência aos espaços físicos e depois de um tempo é que veio a preocupação do acesso os demais aspectos. Foi muito importante a discussão do acesso físico, pois ele é primordial para o acesso com dignidade da pessoa com deficiência, porém, não se pode parar apenas na estrutura física é preciso que se adequem recursos pedagógicos, formação dos professores, equipe pedagógica e de toda a comunidade educativa. Afirmam Guerreiro e Maria (2012).

Uma das práticas que precisam ser acessível é a Avaliação. A avaliação tem sido um tema desafiador não apenas para estudantes com deficiências, mas sim para todos, pois ela visa avaliar todos alunos da mesma forma, sem respeitar a particularidade de cada um. Pois, alguns se sentem bem sendo avaliados oralmente, outros através de trabalhos e outros ainda através da avaliação tradicional. O tipo de avaliação aplicada nacionalmente tem sido desafiadora para estudantes com deficiência de modo particular as avaliações de larga escala que buscam vigiar, controlar através de números estatísticos com o intuito de mensurar a qualidade do ensino no

Brasil, aplicando a mesma avaliação para todos, não tendo em consideração as diferenças de cada aluno, de cada realidade escolar, e se esquecendo que a qualidade não se mensura, mas sim se vê com a existência da consideração e do respeito as particularidades.

Assim como existe acessibilidade para que o estudante aprenda com qualidade a avaliação precisa ser acessível para tal sem infantilizar o estudante. As avaliações têm mostrado o caráter julgador onde mostra quem é competente e quem é incompetente prejudicando a autoconfiança, autoestima e desmotivando o aluno, sendo que ela precisa servir de diagnóstico onde se verá o que ele aprendeu e onde precisa melhorar, pois cada um tem suas competências, ninguém aprende tudo e ninguém aprende nada. O estudante com deficiência não é frágil, ou seja, não precisa de um olhar misericordioso que o diminua e reforce o que muitos dizem ser incapaz. A dificuldade que os professores apresentam não são apenas em avaliar estudantes com deficiências, mas sim todos, o ensino é falho precisa-se rever a estrutura das avaliações que têm tolhido o saber, criatividade e a curiosidade dos alunos, pois os mesmos passam a estudar para serem avaliados e não para conhecer. Pieczkowski (2018).

O professor precisa também de capacitação para aprender como avaliar os alunos com deficiência tendo em conta que não existe uma receita pronta, pois ele precisa conhecer cada aluno. Muitas vezes os estudantes com deficiências são aprovados mesmo tendo tirado notas a baixo da média colocada, pois é cômodo para o professor e a escola que busca aparentar que é inclusiva sendo que não. Esse tipo de práticas excluem os alunos, reforçam a invisibilidade a qual a sociedade colocou. Pieczkowski (2018). A comunidade educativa, a família e a sociedade precisam conhecer os direitos da pessoas com deficiência para que tudo esteja para ela acessível. Não existe inclusão sem conhecimento e muito menos sem acessibilidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados encontrados pode-se notar a variedade das produções acadêmicas que falam sobre a educação especial inclusiva publicados entre os anos 2010-2020. As produções discorrem sobre o que se foi alcançado, os desafios, preconceitos e meios para que de fato a educação seja para todos. Pessoas com deficiências existem desde o início da humanidade e infelizmente até hoje existe desconhecimento sobre como lidar com os mesmos, sabendo que enquanto alguns sofrem preconceito, outros são sufocados e invisibilizados (refere-se aos alunos com superdotação), gerados pelo preconceito, por sua vez gerado pela falta de conhecimento. Têm-se muitas produções publicadas e que devem se fazer presentes na formação dos professores.

Segundo Vilaronga e Mendes (2014), a educação está para formar pessoas na integridade e não para deformar. Para formar o professor precisa conhecer, não apenas se basear no que aprendeu na sua formação (licenciatura, entre outros), mas sim, que o mesmo se aproprie do conhecimento buscando-o, ou seja, tendo formação continuada oferecida pela escola assim como a que o mesmo busca. Pode-se notar que a falta de formação dos professores para a educação da pessoa com deficiência faz com que o caminho rumo a inclusão seja dificultoso, assim como seja interrompido nas escolas, pois ele é exemplo para os seus alunos e se o mesmo não tem conhecimento sobre, pode agir de maneira preconceituosa que afirmam a invisibilidade da pessoa com deficiência assim como a sua exclusão. O professor formado para dar aulas nas salas comuns assim como o que é formado para atuar na educação especial precisam dialogar para que ambos troquem saberes, as experiências feitas, busquem meios para tornar acessível a educação para as pessoas com deficiências e busquem juntos ultrapassar as dificuldades. O professor da educação especial não deve estar apenas para resolver problemas de forma isolada, mas deve caminhar com os demais professores. Os professores da educação especial também precisam de formação continuada para buscarem outros saberes, trocarem experiências com os demais professores da mesma área e para se motivarem. Vilaronga e Mendes (2014).

A escola não pode e não deve caminhar sozinha, mas sim com a família, razão pela qual a mesma precisa também ser formada para saber lidar com o seu filho fora dos ambientes escolares e ajudá-lo a ser autônomo. A família é a base de todos, sendo assim ela precisa estar a par da deficiência do seu filho para que o motive, trabalhe com o mesmo e para que não o exclua, pois uma das dificuldades na educação inclusiva é a exclusão na família que causa baixa estima, insegurança na pessoa com deficiência, isso afetando diretamente no seu processo de aprendizagem.

A sociedade precisa ser alfabetizada cientificamente, ou seja, ela precisa de formação que a ajude a compreender de uma forma básica os termos e conceitos científicos, porém a forma de transmissão destes conhecimentos deve ser de acordo com a linguagem para que a mesma tenha conhecimento sobre. As produções que falam sobre a inclusão precisam chegar à mesma para que não exclua, mas sim inclua, para que não busque perfeição no que ela quer como padrão, mas sim nas diferenças que tornam bela e dinâmica a vida humana. Dizem, Sasseron e Carvalho (2008). Cada um sente, aprende, ouve, vê, da sua maneira, por que a pessoa com deficiência precisa estar dentro de um padrão sendo que o ser humano é diferente? As diversas produções encontradas mostram que existem caminhos que têm sido percorridos para o alcance da inclusão e os mesmos apontam formas de melhorar a caminhada para que a pessoa com deficiência não seja excluída e que sejam respeitados os seus direitos. A educação é direito de todos e não existe exceções, a escola inclusiva não é a que acolhe a todos, mas sim aquela que busca educar tendo como ponto de vista as diferenças, que busca tornar acessível a educação para todos. Incluir é desafiador pois, está enraizada a exclusão, muitas vezes em pequenas atitudes, como dar um desenho para que a pessoa pinte, sendo que o conteúdo do desenho não está sendo trabalhado, ou seja, as práticas são descontextualizadas.

Tornar acessível não é descontextualizar, ou mesmo isentar o aluno de alguns desafios que a educação propõem e nem tornar fácil demais, mas sim é fazer com que ele consiga se locomover no espaço físico, pegar os objetos por ele mesmo, escrever nem que seja pela voz (trata-se de aparelhos os quais os alunos falam e eles escrevem ou mesmo executam a função a qual ele pede) os seus pensamentos com o intuito de aprender com autonomia do seu jeito. A pessoa com deficiência precisa se frustrar, precisa refletir sobre a sua ação, ou seja, precisa experimentar e não ser superprotegida, pois a superproteção exclui. Nas escolas regulares são necessários profissionais que colaborem para o desenvolvimento íntegro da pessoa com deficiência. Quanto as instituições que trabalham com o atendimento especializado, sugere-se que os municípios tenham parceria com os mesmos para que no período contrário das aulas sejam atendidas as pessoas com deficiência. Segundo Freire (1974), a educação tem sido

opressora, ou seja, por razões políticas se é educado não para a reflexão e muito menos para a criticidade, mas sim apenas para a recepção de informações que são ditas corretas. Isso interfere na exclusão diretamente, pois quem é oprimido e não se reconhece oprimido pode oprimir, é uma cadeia de opressão sem fim, por isso é urgente que cada um se reconheça oprimido para construir-se a cadeia da liberdade, da autonomia e da consciência, ela que busca o saber e ele por sua vez é o caminho para a inclusão.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariangela Lima de; MELO, Douglas Christian Ferrari de e FRANÇA, Marileide Gonçalves. Repercussão da política nacional de educação especial no Espírito Santo nos últimos dez anos. *Educação e pesquisa*. Vol. 45, 217129,2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/298/29859101051/movil/>. Acesso em: 12 set. 2022.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: Necessidades educacionais especiais dos alunos. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 5 v. Disponível em: [file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/visaohistorica\(1\)%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/visaohistorica(1)%20(3).pdf). Acesso em 22 mar.2021.

BAPTISTA, Cláudio Roberto *et al.* (orgs). *Educação especial: Dialogo e pluralidade*. 3. Ed. Porto Alegre: Mediação,2015.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. *Educação e Pesquisa*. v. 45, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945217423>>. Acesso em 12 set.2022.

BARBOSA, Daniella de Souza; FIALHO, Lia Machado Fiuza e MACHADO, Charliton José dos Santos. Educação inclusiva: aspectos históricos, políticos e ideológicos da sua constituição no cenário internacional. Vol 18, Número 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.sa.cr/pdf/aie/v18n2/1409-4703-aie-18-02-598.pdf>. Acesso em: 12 set.2022.

BENITEZ, Priscila e DOMENICONI, Camila. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 20, nº. 3, pp. 371-386. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000300005>>. Acessado 12 set. 2022.

BEZERRA, Giovani Ferreira e FURTADO, Alessandra Cristina. Educação de excepcionais no periódico *mensagem da APAE* (1963-1973): uma pedagogia para a modelagem e ajustamento social. *Educação em Revista*. v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/zTLgGCKrZ3zHkymyqctwZRK> acesso em: 29.ago.2022.

BRASIL. Constituição de 1988, art. 205. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22.mar.2021.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Decreto n.º 6.571/2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Brasília, 2008. Disponível em: Acesso em: 22.ago.2022.

BRASIL. Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 1996 capítulo v da educação especial. Disponível em [file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/Lei9394_CAP%C3%8DTULO%20DA%20EE%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/Lei9394_CAP%C3%8DTULO%20DA%20EE%20(1).pdf). Acesso em 23.mar.2021

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf acesso em: 22.ago.2022

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 – Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/8.5_-_decreto_ndeg_6.949-09_-_acessib%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/8.5_-_decreto_ndeg_6.949-09_-_acessib%20(1).pdf). Acesso em: 23.mar.2021

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Ed., 1994.

BUZETTI, Miryan Cristina, BARBOSA Regiane da Silva e COSTA, Maria da Piedade Resende da. Análise das tendências temáticas de artigos publicados na Revista de Educação Especial: 2010 – 2013. Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 61, pp. 463-477, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313158866019/html/>. Acesso: 10 set.2022.

CAIADO, Kátia Regina Moreno Caiado. Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiências: destaques para o debate sobre a educação. Revista “Educação Especial” v. 22, nº. 35, p. 329-338, set./dez. 2009, Santa Maria. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127407005.pdf>. Acesso em 23. mar 2021.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. Helena Atipoff. Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4703.pdf>. Acesso em: em 23. mar 2021.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone et al. Análise sobre temáticas de educação especial e inclusiva no programa de educação escolar da FCL/CAR. Revista online de Política e Gestão Educacional, vol. 22, núm. 2, pp. 534-553, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766217007/html/>. Acesso em: 12. set. 2022.

CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado, Relações entre educação, aprendizagem e desenvolvimento humano: as contribuições de jean marc-gaspard itard (1774-1838) Educação: Psicologia da Educação, PUC-SP,2006. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/16286/1/Aliciene%20F%20M%20Cordeiro.pdf>. Acesso em :23, mar. 2022

CORTE, A.C.D; LEMKE, C.K. O estágio Supervisionado e sua importância para formação docente frente aos novos desafios de ensinar. In: Educere Congresso Nacional de Educação, XII, 2015, Curitiba. Anais... Curitiba, PR: PUC. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/22340_11115.pdf Acesso em 03 set.2022.

DAINEZ, Débora e Smolka, Ana Luiza Bustamante. A função social da escola em discussão, sob a perspectiva da educação inclusiva. v. 45, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945187853>>. Acesso: 12 set. 2022.

FRAGA, Juliany Mazera, et al. Conceitos e relações entre educação inclusiva e educação especial nas legislações educacionais do Brasil, Santa Catarina e Blumenau. Revista Educação Especial, vol. 30, núm. 57, pp. 41-54, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313150464004/html/> Acesso em: 12 set.2022.

FERREIRA, Carla Mercês Rocha Jatobá e LOPES, Tatiane Felipe. A escola e a educação inclusiva: professoras e alunos em cena. Revista Educação Especial. v. 29, nº. 55, p. 441-456. maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313146769015.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FERNANDES, Mayra Matias; Roraima Alves da e Tadeu IAOCHITE, Roberto. Autoeficácia Docente de Futuros Professores de Educação Física em Contextos de Inclusão no Ensino Básico. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.25, nº.2, p.219-232, abr.-Jun, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/bqmdgfrJdf3wDhWYqpM4Nmj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 set. 2022.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson e CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: Atitudes de Professores nas Escolas Regulares. Revista Brasileira de Educação Especial.V. 24, nº. 1 pp. 33-44. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000100004>>. Acesso em: 12 set. 2022.

GUERREIRO, Bessa Rebello e MARIA, Elaine. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. *Revista Educação Especial*, vol. 25, núm. 43, maio-agosto, 2012, p. 217-232 Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127405004.pdf>. Acesso em: 09 set. 2022.

JESUS, Denise Meyrelles de, BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa e GONÇALVES, Agda Felipe da Silva. A formação do professor olhada no/pelo GT-15 - educação especial da anped: desvelando pistas. *Revista Brasileira de Educação Especial* [online]. 2011, v. 17, nº. spe1, pp. 77-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000400007>>. Acesso em: 12 set. 2022

KUHNEN, Roseli Terezinha. A Concepção de Deficiência na Política de Educação Especial Brasileira (1973-2016). *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 23, nº. 3, pp. 329-334. 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300002>>. ISSN 1980-5470. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382317000300002>. Acesso em: 12 set. 2022

LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, nº.2, p.108-122, maio./ago. 2010. Disponível em: file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/download.pdf. Acesso em: 12. set.2022.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Jardel Pelissari e PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Do Nada ao Tudo: políticas públicas e a educação especial brasileira. *Educação & Realidade*. V. 37, nº. 1, pp. 273-294. 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623616130>>. Acesso 9 set. 2022

MAZZOTTA, Marcos J.S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MNCUBE, Vusi S e Lebopa Nicholas. The Dynamics of Implementing Inclusive Education in Schools. *BCES Conference Books*, 2019, Volume 17. Sofia: Bulgarian Comparative Education Society. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED596944.pdf> Acesso em 12 set. 2022.

MOHANTY sankar prasad e NANDA nishipadma. Práticas inclusivas no ensino fundamental: o que percebem os diretores das escolas? *Revista de Tecnologia Educacional Escolar* Vol. 12 INo. 4 1 March - May 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1269381.pdf>. Acesso em: 12 set., 2022.

NETA, Adelaide de Sousa Oliveira; NASCIMENTO, Romária de Menezes do e FALCÃO, Giovana Maria Belém (2020). *A Educação dos Estudantes com Deficiência em Tempos de*

Pandemia de Covid-19: A Invisibilidade dos Invisíveis. Disponível em: file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/21070-Texto%20do%20Trabalho-85467-1-10-20201230.pdf. Acesso em: 02. set. 2022.

NETO, Antenor de Oliveira Silva *at al.* Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, vol. 31, núm. 60, pp. 81-92, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313154906008/html/>. Acesso em: 03 set.2022.

NOZI, Gislaíne Semcovici; VITALIANO, Celia Regina. Saberes necessários aos professores para promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Revista Educação Especial [online], vol. 25, núm. 43, pp. 333-347, maio-agosto 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3131/313127405012.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022

PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza e ROSA, Vanderley Flor da. A Formação de professores para inclusão tratada na Revista Brasileira de Educação Especial: uma análise. Revista Educação Especial, vol. 30, núm. 57, pp. 129-143, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313150464010/html/>. Acesso em: 12 set. 2022.

PIECZKOWSKI, Tania Mara Zancanaro. Avaliação da aprendizagem na educação especial e as influências das políticas nacionais. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. 13(4), 1612-1631, 2018 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=619864542007>. Acesso em: 09 set. 2022.

SASSERON, Lúcia. Helena; CARVALHO, Ana Maria Pessoa de. Almejando a alfabetização científica no ensino fundamental: a proposição de indicadores do processo. Investigações em Ensino de Ciências, Porto Alegre, v. 13, nº. 3, p. 333-352, 2008.

SENADO FEDERAL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. – 3. ed. – Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/LAB_INF08/Downloads/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed%20(1).pdf). Acesso em: 24 mar.2021

SILVA, Filipe Augusto e BRASIL Ribeiro, Deilton. Direito das pessoas com deficiência, à educação como um direito fundamental e humano. Prisma Jurídico, vol. 18, nº. 2, pp. 261-280, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/934/93464984006/html/>. Acesso em: 09 set. 2012.

SILVEIRA, Kelly Ambrosio, ENUMO, Sônia Regina Fiorim e ROSA, Edinete Maria. Concepções de professores sobre inclusão escolar e interações em ambiente inclusivo: uma revisão da literatura. Revista Brasileira de Educação Especial. v. 18, nº. 4, pp. 695-708, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-65382012000400011>>. Acesso em: 11 set.2022.

SOUZA, Flávia Faissal de e PLETSCHE, Márcia Denise (2017). A relação entre as diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de Educação Inclusiva no Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/7dvMYywhKCgCSwjk4ZFSW5g/?lang=pt>. Acesso em: 04. set. 2022.

SOUZA, Ana Vitória de. Políticas públicas de educação inclusiva: estudo de metodologias adotadas na implementação da Inclusão Escolar. 2016. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15157/6/2016_AnaVitoriaDeSouza_tcc.pdf. Acessado em: 11. setembro. 2022.

TRENTIN, Valéria Becher. Política de educação especial e o atendimento educacional especializado no estado de Santa Catarina. Revista Educação Especial. vol. 30, núm. 58, pp. 325-337, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3131/313152151005/html/>. Acesso em: 05. set. 2022.

VIER, Rejane Fernandes da Silva; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; PRSYBYCIEM, Moisés Marques. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e orientação psicológica em tempos pandêmicos: suas relações e desafios na educação. 2020 Disponível em: <https://revistas.unifoa.edu.br/praxis/article/view/3474/2706>. Acesso em 01. set. 2022.

VILARONGA, Carla Ariela Rios e MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dBz3F9PJFfswJXFzn3NNxTC/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03. set. 2022.